



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Projeto Pedagógico de Curso
Ciências Sociais - Licenciatura - Noturno

Ano Versão: 2021

Situação: Corrente



SUMÁRIO

Identificação do Curso	4
Histórico	5
Concepção do Curso	7
Contextualização do Curso	7
Objetivos Gerais do Curso	8
Objetivos Específicos	8
Metodologia	8
Perfil do Egresso	9
Organização Curricular	11
Concepção da Organização Curricular	11
Quadro Resumo da Organização Curricular	12
Disciplinas do Currículo	12
Atividades Complementares	16
Equivalências	18
Currículo do Curso	18
Pesquisa e extensão no curso	66
Descrição de carga horária extensionista	66
Auto Avaliação do Curso	67
Acompanhamento e Apoio ao Estudante	69
Acompanhamento do Egresso	71
Normas para estágio obrigatório e não obrigatório	72
Normas para atividades complementares	75
Normas para atividades de extensão	76
Normas para laboratórios de formação geral e específica	77
Normas para trabalho de conclusão de curso	79
Administração Acadêmica	82
Coordenação do Curso	82
Colegiado do Curso	82
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	82
Corpo docente	83
Perfil Docente	83
Formação Continuada dos Docentes	84
Infraestrutura	86
Instalações Gerais do Campus	86
Instalações Gerais do Centro	86
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	86
Instalações Requeridas para o Curso	87
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	87
Laboratórios de Formação Geral	87
Laboratórios de Formação Específica	88



SUMÁRIO

Observações	89
Referências	90



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso

Ciências Sociais - Licenciatura - Noturno

Código do Curso

762 L

Modalidade

Licenciatura

Grau do Curso

Licenciado em Ciências Sociais

Nome do Diploma

Ciências Sociais

Turno

Noturno

Duração Mínima do Curso

8

Duração Máxima do Curso

12

Área de Conhecimento

CIÊNCIAS HUMANAS

Regime Acadêmico

Não seriado

Processo Seletivo

Verão

Entrada

Semestral

HISTÓRICO

Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três - Odontologia, Direito e Educação Física - sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos "anos de chumbo" e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar



de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

Histórico do Centro

O Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) originou-se do antigo Centro de Estudos Gerais que, quando de sua formação, congregava alguns dos cursos que compõem hoje o CCHN e o Centro de Ciências Exatas (CCE).

Com a criação deste último, na década de 1990, no momento em que os cursos de química, física, matemática e estatística se desmembraram do Centro de Estudos Gerais, o CEG continuou a existir com este nome por alguns anos, vindo a transformar-se no que é hoje o CCHN em 2000.

Sua atual composição congrega as áreas de conhecimento das ciências humanas (Geografia, Filosofia, História, Ciências Sociais, Línguas e Letras, Psicologia) e das ciências naturais (Ciências Biológicas e Oceanografia). Alguns destes cursos são bastante antigos no Espírito Santo e, juntamente com os cursos das áreas de ciências exatas, compunham a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI

Com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo, na década de 1950, tais cursos passaram a constituir o Centro de Estudos Gerais da UFES, de modo que o atual CCHN constitui-se como um dos maiores e mais ativos centros de ensino da UFES: abriga nove Departamentos, 8 cursos de bacharelado, 10 cursos de licenciatura, 11 mestrados e 8 doutorados. Fazem parte da comunidade acadêmica do CCHN cerca de 2643 discentes, 149 servidores docentes, em sua maioria doutores, e 64 servidores técnicos administrativos em educação.

O CCHN possui uma área física adequada ao funcionamento dos seus diversos cursos (vide item "instalações gerais do Centro"), que abarcam salas de aula, laboratórios e núcleos de pesquisa, salas de docentes, bibliotecas setoriais, museus e setores administrativos. Dentre os vários projetos de extensão realizados no CCHN destacam-se o Núcleo de Ensino de Línguas para a Comunidade e o Núcleo de Psicologia Aplicada.

A variedade de áreas do conhecimento do CCHN faz deste centro um locus privilegiado da vivência interdisciplinar e do pensamento plural, realizando um dos principais sentidos da instituição Universidade.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Contextualização do Curso

O Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo foi implantado em 1991 e reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 1 109, de 01/11/1996. Oferecido no período noturno, com uma entrada anual, forma inicialmente bacharéis. A partir de 1994, por solicitação dos alunos, iniciou-se a habilitação de Licenciatura. O Departamento de Ciências Sociais (DCSO) do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES é responsável pelo núcleo central da oferta de disciplinas, atividades e orientações dos alunos do curso.

O Departamento de Ciências Sociais da UFES é muito anterior ao curso de Ciências Sociais e este fato teve influência marcante nos primeiros anos deste último. O DCSO nasceu na UFES em 1976 pelo desmembramento de um antigo departamento que reunia professores desta área e também de Filosofia e Psicologia. Desde 1977 o DCSO passou a ter como preocupação ampliar o número de docentes com formação específica na sua área de atuação. Considerando a necessidade de constituir um quadro de profissionais com titulação, foram contratados professores oriundos de cursos de mestrado de diferentes instituições de ensino na área de Ciências Sociais. A partir de 1983, o departamento passou a realizar concursos públicos para professores nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Depois de algumas tentativas que não frutificaram, uma comissão de professores elaborou em 1989 um projeto para o curso de Ciências Sociais que acabou por ser implantado em 1991 com habilitação em Bacharelado e concentração em Sociologia. A opção pela concentração em Sociologia se deveu ao próprio perfil do DCSO, que possuía então um número maior de professores de Sociologia devido à maior concentração de disciplinas nesta área. O curso foi reconhecido pelo MEC em 01 de novembro de 1996, através da Portaria nº 1.109. Ele foi criado para funcionar no horário noturno, com ingresso anual (apenas no primeiro semestre de cada ano) fixado em 40 (quarenta) vagas que, a partir do vestibular de 1999, foi ampliado para 60 (sessenta).

A partir do ano de 2002, o Curso de Ciências Sociais passou a ser oferecido em dois turnos: vespertino e noturno, com uma entrada anual de quarenta alunos em cada turno. Neste mesmo ano, após realização de um seminário interno, reunindo professores do Departamento de Ciências Sociais e representação estudantil, o Colegiado elaborou o novo projeto pedagógico do curso orientando-se pelas propostas de flexibilização curricular encaminhadas pelas Resoluções e Portarias do Ministério da Educação. Este projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais, identificado como Currículo - Versão 2002, foi aprovado pela Resolução 10/2002 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES, em 24 de janeiro de 2002. Em 2006, em atendimento às novas determinações do Ministério da Educação, realizamos uma reformulação curricular do curso de Ciências Sociais. Em 2015, atendendo novamente às determinações do Ministério da Educação, uma nova reformulação foi realizada, sendo apresentada ao público neste PPC.

A manutenção do curso de licenciatura em ciências sociais é justificada pelos seguintes motivos: primeiro, o predomínio de estudantes egressos do ensino médio capixaba entre os candidatos aprovados pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu): de acordo com dados do MEC, dos 4.929 aprovados na Ufes pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), 3.733 são do Espírito Santo, isto é, 75,7% do total; segundo, o fato do curso ser a única opção de licenciatura em ciências sociais em todo o estado, ofertando 40 vagas anualmente (20 para vespertino e 20 para noturno), não havendo uma única alternativa na absorção das potenciais demandas que venham a surgir. Também é necessário ressaltar, em terceiro lugar, que o egresso do curso de licenciatura em ciências sociais pode atuar, com vínculo empregatício ou em caráter de estágio, na docência de sociologia no ensino médio de escolas das redes pública e privada, quanto na gestão da educação nas escolas e órgãos governamentais, assim como consultoria educacional a entes públicos e privados no estado do Espírito Santo. Por fim, vale a pena ressaltar que o curso está alinhado com os valores e missão da UFES e do CCHN, ancorado nos



princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Todavia, a UFES conta com expertise na área, ao assegurar um corpo docente composto por 27 doutores e 4 mestres, apenas do Departamento de Ciências Sociais, para ministrar disciplinas para o curso de licenciatura, que ainda conta com professores do Centro de Educação e dos departamentos de estatística, história, filosofia e economia.

Atualmente o curso possui uma entrada anual por meio do SISU.

Objetivos Gerais do Curso

1. O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES tem como objetivo formar profissionais com conhecimentos e práticas do cientista social com a formação pedagógica para atuar no ensino fundamental, médio e superior com perspectiva de possibilitar a compreensão e análise por parte dos educandos sobre a realidade social, política, cultural e ambiental.
2. Formar o profissional voltado para a consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, do reconhecimento e da valorização da diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.
3. Capacitar o estudante/pesquisador para o exercício continuado de pesquisa dos fenômenos sociais e seus desdobramentos históricos, sociais, culturais e políticos, com interesse especial na contextualização da sociedade capixaba e brasileira;

Objetivos Específicos

1. Formar docentes/pesquisadores de ciências sociais, qualificados para o magistério da sociologia nas redes públicas e privadas;
2. Capacitar o estudante/pesquisador para a operação das rotinas de transposição didática dos conteúdos adquiridos e construídos durante a licenciatura no exercício da docência das ciências sociais (sociologia) nas escolas públicas e privadas, considerando-se os desafios pedagógicos e vivências da realidade política, social e cultural;
3. Assegurar o acesso às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança, a autonomia e o uso competente das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC);
5. Garantir nos currículos conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos, diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas.

Metodologia

A proposta metodológica do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES está fundada na articulação teoria-prática, que articule os três pilares que norteiam o campo de atuação da construção do conhecimento na universidade, respectivamente: o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa relação de reciprocidade e interação entre a teoria e a prática será desenvolvida nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, momento em que se exercita a atividade profissional.

Dessa forma, a prática deverá permear toda a formação do discente (Resolução nº 02/2015), seja no Estágio Curricular Supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escolas de educação básica, como nas disciplinas de Práticas como Componentes Curriculares, nas atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, nas atividades de campo ou nas ações e eventos de extensão realizados pelo Curso, Centro ou Universidade. Desta forma, ao final do curso, deverá ser exigido como um dos processos relevantes para a qualificação do professor em formação, o Memorial de Formação, que será constituído do relato sistematizado das experiências e vivências teórico-práticas dos alunos durante o curso.

O curso será desenvolvido com aulas presenciais e extra sala de aula, como atividades de

campo, estágios, atividades complementares, atividades de extensão, pesquisa e práticas como componentes curriculares. As aulas desenvolvidas extra classe serão sempre monitoradas e acompanhadas pelo docente responsável pela disciplina e deverão constar no plano de ensino. As aulas teóricas serão desenvolvidas em sala de aula através de métodos de ensino fundamentados no diálogo permanente entre educador-educando, de forma a proporcionar um ambiente de problematização do conhecimento científico e das práticas desenvolvidas. As aulas utilizarão os seguintes métodos de ensino-aprendizagem: expositivo; seminários; exercícios em sala de aula; aulas no laboratório de informática e biblioteca; exposição em auditórios.

Dentre as formas de avaliação da aprendizagem a serem utilizadas na licenciatura em Ciências Sociais indicamos: provas, trabalhos, seminários, relatórios, pesquisa de campo, e outras formas de avaliação que o professor julgar mais adequadas e que forem mais pertinentes à disciplina.

É importante destacar que para o bom desempenho dos licenciando do curso na avaliação de aprendizagem se faz necessário:

- disponibilização aos estudantes de acesso: a equipamentos como diferentes laboratórios de estudo e pesquisa, a equipamentos de tecnologias de comunicação e informação (hardware e software);
- devolutiva dos resultados da avaliação aos estudantes: disponibilização de gabaritos, entrega das avaliações em sala de aula com comentários do professor e dos estudantes, de modo a possibilitar o aprendizado a partir dos erros cometidos (o que sabe quem erra).

O curso tem como prerrogativa didático pedagógica como atividades extra classe as aulas de campo e práticas em laboratórios. As aulas de campo serão realizadas em comunidades urbanas e rurais, assim como em organizações governamentais e não governamentais, além de coletivos culturais e políticos, como também em organizações dos movimentos sociais e sindical. Já as atividades laboratoriais terão como foco o contato dos/as alunos/as com softwares e aplicativos que possibilitem qualificar a pesquisa e análise de dados.

A pesquisa e a extensão estarão articulados com os alunos e as disciplinas de graduação através da participação aberta e livre, respeitando os critérios de participação de cada núcleo, projeto ou programa de pesquisa e extensão, de todos/as alunos/as do curso. Esta participação poderá se dar através de: 1) participação como ouvinte em eventos realizados pelos projetos de pesquisa e extensão; 2) participação como bolsista voluntário ou bolsista; e 3) participação em atividades de campo aberta ao público geral e acadêmicos do curso e da universidade.

O curso contará com estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes através de orientações, monitorias voluntárias, monitorias com bolsas, laboratórios de pesquisa e extensão, assim como atendimento aos alunos com necessidade de apoio para qualificar o aprendizado em sala de aula. Os alunos com deficiência terão acesso a intérpretes, material didático específico e metodologias de ensino adequadas para que possam ter rendimento acadêmico equitativo aos demais alunos do curso.

Perfil do Egresso

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES visa promover uma formação que tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos e habilidades, tendo por referência a Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015.

O perfil do egresso basear-se-á nos seguintes princípios e objetivos:

1. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
2. Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
3. Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
4. Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o



desenvolvimento da aprendizagem;

5. Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

6. Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

7. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

8. Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

9. Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

10. Fomentar sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, de socializar a construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre as diferentes visões de mundo.

11. Planejar, executar e avaliar o ensino a partir de diferentes estratégias de abordagens dos conteúdos;

12. Fazer uso de processos de investigação que permitam avaliar sua atuação profissional e apontar outras possibilidades de intervenção pedagógica.

Além disto, o perfil do egresso deverá compor e desenvolver as seguintes habilidades constantes na Resolução CNE/CES 2017.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concepção da Organização Curricular

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem por objetivo principal alinhar o curso às novas Diretrizes Nacionais para a formação inicial em nível superior, conforme estabelecidas pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação. A referida Resolução destaca como princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, a saber: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação. (CNE: 2015: 2)

Esta mesma Resolução ainda afirma que: “a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa” e a docência como “ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo” (Idem: idem).

Com base nesses princípios, o currículo é entendido como “o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho” (Idem: idem), e sua organização, gestão e projetos devem ser contextualizados no espaço e no tempo de modo a propiciarem a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento e a cultura dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de educação. Destaque especial dá a Resolução à Educação em e para os Direitos Humanos como “uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa” (Idem: idem).

As disciplinas e atividades de que é composto o currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais proposto neste PPC buscam propiciar aos futuros profissionais do ensino uma formação interdisciplinar, abrangendo as três áreas clássicas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) bem como as áreas afins e complementares da Filosofia, Economia Política, História e Estatística e uma sólida formação na área de metodologia, métodos e prática de pesquisa. Concomitantemente e de forma integrada a essa formação interdisciplinar do cientista social, a formação específica para o exercício do magistério também se dará desde os períodos iniciais do curso, abrangendo disciplinas teóricas e práticas e atividades dentro e fora do ambiente universitário. Busca-se com isso que o profissional assim formado seja capaz de aliar um amplo campo de conhecimentos à vivência escolar e outros ambientes em que se desenvolvam atividades de caráter educativo, sabendo dialogar com os conhecimentos e a cultura dos sujeitos envolvidos nesses ambientes e atividades.

Estrutura Curricular

a) A estrutura curricular do curso é composta por 3.200 horas de disciplinas e atividades, sendo: 1.500 horas de disciplinas de formação específica na área de Ciências Sociais e afins, assim distribuídas: 3 disciplinas metodológicas (Metodologia do Trabalho Científico, Métodos e Técnicas de Pesquisa I e Estatística), 3 disciplinas de caráter histórico (Formação do Mundo Contemporâneo, Formação Socioeconômica e Política do Brasil e Formação Socioeconômica e Política do Espírito Santo), 12 disciplinas de formação básica em Ciências Sociais (Sociologia I, II, III e IV, Antropologia I, II, III, e IV, Pensamento Político Clássico, Estruturas Sociais e Sistemas Políticos, Teorias da Democracia e Representação e Comportamento Político), uma disciplina de Introdução à Filosofia e outra de Introdução à Economia Política, complementadas por 05 disciplinas optativas.

b) A formação específica do professor será realizada através de 540 horas de disciplinas e 135h de elaboração de um Memorial de Formação (Trabalho de conclusão de Curso) em que o aluno

deverá registrar e refletir sobre seu percurso de formação desde o primeiro período, avaliando o processo e as vivências ocorridas nele.

c) Quatro disciplinas de caráter aplicado voltadas para o desenvolvimento de atividades diretamente de pesquisa e extensão em ambientes de ensino-aprendizagem formais e não formais, a que chamamos de Prática de Pesquisa e Extensão Educacional I, II, III e IV, onde se buscará desenvolver nos alunos diferentes habilidades e competências necessárias ao magistério, ordenadas no tempo conforme seu grau de complexidade, perfazendo um total de 420 horas, sendo 240 horas em sala de aula e 180 horas em atividades de pesquisa e extensão em escolas de educação básica ou outros ambientes de educação não formal.

d) Ao final do curso o aluno deverá cursar 405 horas de estágio (Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II) e apresentar, conforme regulamento, comprovantes de atividades diversas consideradas como complementares a sua formação, perfazendo 200 horas.

e) A temática "direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio educativas" (BRASIL, 2015, p. 11) será contemplada por meio da disciplina de Política e Organização da Educação Básica (POEB). A "ampliação e aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita (Brasil, 2015, p. 5)" perpassará transversalmente todo o curso, mas com destaque para as disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico, Prática de Pesquisa e Extensão Educacional III e Memorial (Trabalho de Conclusão de Curso).

Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3200 horas
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias	2295 horas
Carga Horária em Disciplinas Optativas	300 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	540 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	135 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estágio Supervisionado	405 horas
Turno de Oferta	Noturno
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	6.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	120 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	600 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	20 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	20 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	40 alunos
Prática como Componente Curricular	420 horas

Disciplinas do Currículo

Observações:

T - Carga Horária Teórica Semestral

E - Carga Horária de Exercícios Semestral

L - Carga Horária de Laboratório Semestral

OB - Disciplina Obrigatória

OP - Disciplina Optativa

EC - Estágio Curricular

EL - Disciplina Eletiva

02-Estágio Supervisionado			Carga Horária Exigida: 405				Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo	



6º	Departamento de Educação, Política e Sociedade	EPS14190	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS I	9	210	60-60-90		OB
7º	Departamento de Educação, Política e Sociedade	EPS14192	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS II	9	195	75-0-120	Disciplina: EPS14190	OB

Disciplinas Obrigatórias			Carga Horária Exigida: 2295			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
1º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04676	SOCIOLOGIA I	4	60	60-0-0		OB
1º	Departamento de Filosofia	FIL00428	INTRODUCAO A FILOSOFIA	4	60	60-0-0		OB
1º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04679	ANTROPOLOGIA L	4	60	60-0-0		OB
1º	Departamento de História	HIS14183	MUNDO CONTEMPORÂNEO	4	60	60-0-0		OB
1º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04687	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	3	60	30-30-0		OB
2º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04680	ANTROPOLOGIA II	4	60	60-0-0		OB
2º	Departamento de Ciências Sociais	CSO14185	PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL I	5	105	60-45-0		OB
2º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04677	SOCIOLOGIA II	4	60	60-0-0		OB
2º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04683	PENSAMENTO POLÍTICO CLÁSSICO	4	60	60-0-0		OB
2º	Departamento de Educação, Política e Sociedade	EPS13687	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Educação, Política e Sociedade	EPS13114	DIDÁTICA	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04681	ANTROPOLOGIA III	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04688	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04678	SOCIOLOGIA III	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04684	ESTRUTURAS SOCIAIS E SISTEMAS POLÍTICOS	4	60	60-0-0		OB
4º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04682	ANTROPOLOGIA IV	4	60	60-0-0		OB
4º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04685	TEORIA DA DEMOCRACIA	4	60	60-0-0		OB



4º	Departamento de Ciências Sociais	CSO14187	PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL II	5	105	60-0-45		OB
4º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais	TEP13690	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	4	60	60-0-0		OB
4º	Departamento de Ciências Sociais	CSO02936	SOCIOLOGIA IV	4	60	60-0-0		OB
5º	Departamento de Ciências Sociais	CSO14188	PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL III	5	105	60-0-45		OB
5º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação	LCE13698	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4	60	60-0-0		OB
5º	Departamento de Ciências Sociais	CSO02635	SOCIOLOGIA DA EDUCACAO	4	60	60-0-0		OB
5º	Departamento de Ciências Sociais	CSO04686	REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO	4	60	60-0-0		OB
6º	Departamento de Economia	ECO04691	INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA	4	60	60-0-0		OB
6º	Departamento de Estatística	STA04692	ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS I	4	60	60-0-0		OB
6º	Departamento de Ciências Sociais	CSO02937	FORMACAO SOCIAL E POLITICA DO BRASIL	4	60	60-0-0		OB
6º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais	TEP13129	CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		OB
7º	Departamento de Psicologia	PSI00764	PSICOLOGIA DA EDUCACAO	4	60	60-0-0		OB
7º	Departamento de Ciências Sociais	CSO14191	PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL IV	5	105	60-0-45		OB
7º	Departamento de Ciências Sociais	CSO02942	FORM SOC ECON POL E CULT DO ES	4	60	60-0-0		OB
7º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais	TEP13131	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	4	60	60-0-0		OB
8º	Departamento de Educação, Política e Sociedade	EPS13133	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		OB
8º	Departamento de Ciências Sociais	CSO14193	MEMORIAL	4	135	0-15-120		OB

Disciplinas Optativas			Carga Horária Exigida: 300			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
-	Departamento de Ciências	CSO02036	SOCIOLOGIA DA COMUNICACAO	4	60	60-0-0		OP



	Sociais							
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04717	ESTUDOS DE CONJUNTURA POLÍTICA: METODOLOGIA E OBJETO DE ANÁLISE	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04709	ANTROPOLOGIA DAS RELIGIÕES	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11300	SOCIOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11307	DEMOCRACIA E AMBIENTE NA CONTEMPORANEIDADE E	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11303	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMPARADAS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO02961	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11313	ETNOGRAFIA E METODOLOGIAS EM ANTROPOLOGIA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11321	ENCONTRO DE SABERES	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO02156	SOCIOL APLIC A ADMINISTRACAO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11301	ESTADO E INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04710	PARENTESCO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO02941	SOCIOLOGIA URBANA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04698	HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04705	ANTROPOLOGIA, IMAGEM E SOM	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04722	OPINIÃO PÚBLICA, MÍDIA E DEMOCRACIA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04725	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO06454	ANTROPOLOGIA DAS TRADIÇÕES CULTURAIS BRASILEIRAS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04708	ANTROPOLOGIA E TECNOLOGIAS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04735	RELAÇÕES DE GÊNERO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11240	NATUREZA E CULTURA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento	CSO11312	ANTROPOLOGIA	4	60	60-0-0		OP



	de Ciências Sociais		BRASILEIRA					
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11315	ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO02940	SOCIOLOGIA DA QUESTAO AGRARIA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04721	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO02973	SOCIOLOGIA E MEIO AMBIENTE	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO06456	ANTROPOLOGIA DO CORPO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO00183	SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11306	MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRÁCIA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04694	ANTROPOLOGIA DO PODER	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11299	SOCIOLOGIA DA SAÚDE	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04702	MITO SÍMBOLO E RITUAL	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04724	PARTIDOS POLÍTICOS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO04723	LEGISLATIVO	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Ciências Sociais	CSO11311	ETNOLOGIA INDÍGENA	4	60	60-0-0		OP

Atividades Complementares

	Atividade	CH Máxima	Tipo
1	ATV00574 Participação como ouvinte em congressos, seminários, palestras, etc	10	Participação em eventos
2	ATV00576 Participação eventos acadêmicos nacionais com apresentação de trabalhos	25	Participação em eventos
3	ATV00577 Participação eventos acadêmicos locais com apresentação de trabalhos	15	Participação em eventos
4	ATV00569 Participação em laboratórios/grupos de estudos e de pesquisa registrados	50	Atividades de pesquisa, ensino e extensão



	Atividade	CH Máxima	Tipo
5	ATV00570 Participação em projetos de extensão registrados	50	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
6	ATV00571 Participação em atividades de extensão, eventos acadêmicos, ações sociais, etc	50	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
7	ATV00583 Estágio Supervisionado não obrigatório	50	Estágios extracurriculares
8	ATV00568 Iniciação científica realizada, com ou sem bolsa	100	De iniciação científica e de pesquisa
9	ATV00584 Representação em Órgãos Co	40	Participação em órgãos colegiados
10	ATV00572 Monitoria de apoio às atividades docentes	100	Monitoria
11	ATV00573 Monitoria de apoio às atividades administrativas	50	Monitoria
12	ATV00565 Leitura de livros sob orientação de um professor do DC SO	15	Outras atividades
13	8.1 ATV00585 Atividade docente com conteúdos da área das Ciências Sociais	100	Outras atividades
14	ATV00586 Atividade docente com conteúdos de outra área	50	Outras atividades
15	ATV00575 Participação eventos acadêmicos internacionais com apresentação de trabalhos	50	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
16	ATV00578 Publicação de trabalhos em revistas acadêmicas com corpo editorial - autoria	100	Produção técnica, artística e teórica
17	5.2 ATV00579 Publicação de trabalhos em revistas acadêmicas com corpo editorial - co-autoria	50	Produção técnica, artística e teórica
18	ATV00580 Publicação de resenhas em revistas acadêmicas com corpo editorial	50	Produção técnica, artística e teórica
19	ATV00581 Publicação de resumos em anais de congressos, artigos de jornal, etc	10	Produção técnica, artística e teórica
20	ATV00582 Produção técnica e ou artística como relatórios de pesquisa	10	Produção técnica, artística e teórica
21	ATV00566 Curso de pequena e média duração realizado na UFES ou não	15	Cursos extracurriculares



Equivalências

Disciplina do Currículo			Disciplina Equivalente	
Período	Disciplina	Correlação	Disciplina	Curso (versão)
1	HIS14183 Mundo Contemporâneo	←	HIS04690 FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO	762 - Ciências Sociais - Noturno (2006)
2	EPS13687 Política e organização da educação básica	←	EPS06025 POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	762 - Ciências Sociais - Noturno (2006)
3	EPS13114 Didática	←	EPS06048 DIDÁTICA	762 - Ciências Sociais - Noturno (2006)
3	EPS13114 Didática	←	EPS06048 DIDÁTICA	762 - Ciências Sociais - Noturno (2006)

Currículo do Curso

Disciplina: **FIL00428 - INTRODUÇÃO A FILOSOFIA**

Ementa

O que é Filosofia. As questões centrais da tradição filosófica. Análise filosófica do mundo atual. Filosofia e conhecimento. Filosofia contemporânea. Temas de Filosofia para formação acadêmica específica do curso.

Objetivos

1. Conhecer e Aplicar importantes temas filosóficos a partir de um panorama dos movimentos mais significativos da história do pensamento ocidental.
2. Desenvolver atividades de análise e reflexão que, além de possibilitarem a fixação do conteúdo básico, estimulam o desenvolvimento do raciocínio, do questionamento, da discussão filosófica.
3. Refletir a filosofia e sua articulação interdisciplinar (impulsionando ou catalizando outras áreas do conhecimento) na busca de compreender a realidade.

Habilidades:

1. Ter um pensamento crítico que permita questionar a realidade;

2. Ler e interpretar textos de filosofia e de áreas afins.

Competências:

1. Atuar inter e multiprofissionalmente sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar.
2. Apresentar trabalhos e discutir ideias em público.

Eixo estruturante:

1. Fundamentos filosóficos, epistemológicos e históricos.

Bibliografia Básica

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

2. CHAUI, Marilena . *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática 1988.

3. OLIVEIRA, Admardo S. et.al. *Introdução ao pensamento filosófico*. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Bibliografia Complementar



1. BORNHEIM, Gerd A. Introdução ao filosofar. 8 ed. Rio de Janeiro: Record. 1980.
2. BUZZI, Arcangelo R. Introdução ao pensar. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
3. CORBISIER, R.C.de A. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
4. CYRINO, Hélio. Filosofia hoje. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1986.
5. GILES, T.R. Introdução à filosofia. São Paulo: EPU/ Edusp, 1979.

Disciplina: CSO04676 - SOCIOLOGIA I

Ementa

Positivismo, Evolucionismo, Organicismo. A formulação do método sociológico e sua aplicação na obra de Émile Durkheim. A sociologia funcionalista: Parsons, Merton.

Pré-requisito: Não há.

Objetivos

Propiciar o primeiro contato com as questões teóricas e metodológicas do campo das Ciências Sociais;

Analisar o contexto histórico de consolidação da Sociologia enquanto ciência, problematizando as transformações que resultaram na constituição da sociedade industrial-capitalista;

Produzir uma reflexão aprofundada da abordagem sociológica de Émile Durkheim, discutindo a sua linguagem conceitual, a sua proposta metodológica e a sua produção acadêmica;

Problematizar alguns desdobramentos da abordagem “durkheimiana” na atualidade (o legado de Durkheim), discutindo a produção recente de pesquisadores que tratam das temáticas discutidas por este pensador francês;

Bibliografia Básica

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003;

_____. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 2004;

_____. O Suicídio. São Paulo: Martin Claret, 2005;

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins fontes, 2008;

COLLINS, R. A tradição “durkheimiana”. In. Quatro tradições sociológicas. Petrópolis: Vozes, 2009;

COHN, Gabriel (org.). Sociologia para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005;

MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense. (Col. Primeiros Passos). 1982;

RODRIGUES, José Alberto (Org.) FERNANDES, Florestan (Coord.). Durkheim. São Paulo, Ed. Ática, 1993;

Disciplina: CSO04679 - ANTROPOLOGIA L

Ementa

Dos viajantes, missionários e naturalistas às primeiras formulações teóricas: evolucionismo, difusionismo e historicismo. Estudo historicizado da Escola Histórico-cultural por meio de etnografias que permitam discutir as metodologias e temas privilegiados por esta escola. Pré-requisito: não há.

Objetivos

Introduzir às principais teorias antropológicas, relacionando-as ao cotidiano do aluno para sensibilizá-lo a perceber e valorizar a diversidade cultural;
Contextualizar o surgimento da Antropologia como disciplina científica da diversidade cultural;
Analisar criticamente os estudos evolucionistas;
Introduzir-se aos conceitos básicos e pressupostos metodológicos do trabalho de campo;

Bibliografia Básica

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2004;
DA'MATTA, Roberto. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1983;
LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, [1988]. 2003;

Bibliografia Complementar

BANTON, Michael. A ideia de raça. Lisboa: Edições 70, 1977;
KUPER, Adam. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978;
MAIR, Lucy. Introdução à Antropologia Social. RJ: Zahar. 1985;
MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1979;
MERCIER, Paul. História da Antropologia. Teorema: Lisboa, 1984;

Disciplina: HIS14183 - MUNDO CONTEMPORÂNEO

Ementa

Estudo dos principais processos históricos que constituíram o mundo contemporâneo. As revoluções do período moderno. Estado, nação e nacionalismo no século XIX. Primeira Guerra Mundial. A revolução russa. Segunda guerra mundial. Guerra fria. Fim do comunismo na URSS e no Leste Europeu.

Objetivos

Compreender os grandes acontecimentos da época contemporânea.

Bibliografia Básica

HOBBSHAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX:1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
HOBBSHAWM, Eric. Era das revoluções 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
JUDT, Tony. Pos Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Bibliografia Complementar

FERRO, Marc. A grande guerra 1914-1918. Lisboa: Edições 70, 1993.
FITZPATRICK, Sheila. La Revolucion Rusa. Buenos Aires: Siglo veinteuno, 2005.
GAY, Peter. A experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: CIA das Letras, 1989.
HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça. São Paulo: CIA das Letras, 1987.
LEFEBVRE, Georges. 1789: o surgimento da revolução francesa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
MAYER, J. Arno. A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Disciplina: CSO04687 - METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Ementa

Procedimentos para leitura e produção do texto científico. A pesquisa bibliográfica: procedimentos de leitura e de organização do material bibliográfico. Estrutura do trabalho científico. Normalização do trabalho científico. Tipos de comunicação científica: resumo resenha, seminário, workshop, artigo, monografia, dissertação, relatório etc.

Pré-requisito: não há.

Objetivos

Apresentar pressupostos básicos sobre conhecimento científico e senso comum, ciência e ideologia, objetividade e subjetividade do conhecimento nas ciências sociais;

Oferecer elementos para que os estudantes aprendam a realizar consultas bibliográficas, a lidar com técnicas de análise de textos e a elaborar resumos, fichamentos, relatórios científicos e artigos;

Estimular o interesse dos estudantes pela pesquisa científica;

Bibliografia Básica

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1983;

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999;

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 17. ed. - São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991;

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. 4. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2013;

BERGER, P. L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 7. ed. - Petrópolis: Vozes, 1986;

CARVALHO, M. C. M. de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 22. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2010;

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014;

RUIZ, J. Á. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006;

Disciplina: CSO04680 - ANTROPOLOGIA II

Ementa

Estudo historicizado da Escola Britânica, com ênfase no funcionalismo e Estrutural-funcionalismo, por meio de leituras que permitam discutir as metodologias e temas privilegiados por esta escola.

Pré-requisito: Não há.

Objetivos

Entender a abordagem teórica e metodológica da “Escola Britânica” de Antropologia;

Mapear os contextos históricos e culturais que propiciaram a ruptura com o modelo evolucionista;

Compreender a emergência da abordagem teórica e metodologia do funcionalismo e estrutural-funcionalismo;

Compreender a constituição, a consolidação e o alcance da etnografia como método privilegiado da antropologia social;

Bibliografia Básica

EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer. São Paulo, Perspectiva, 1978;

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do pacífico Ocidental. Abril: São Paulo, 1973;

RADCLIFFE-BROWN. Estrutura e função na sociedade primitiva. Vozes: RJ, 1973;



Bibliografia Complementar

DA'MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Zahar: Rio de Janeiro, 1983;
KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Edusc: São Paulo, 2002;
LABURTHER-TOLRA Philippe & WARNIER, Jean-Pierre. Etnologia Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1997;
MERCIER, Paul. História da Antropologia. Teorema: Lisboa, 1984;
VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: Feldman-Bianco, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas. SP: Global, p. 345-374. 1987;

Disciplina: CSO14185 - PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL I

Ementa

Observação, descrição e avaliação das práticas educacionais no âmbito das ciências sociais em diferentes ambientes educativos, quer em instâncias de educação formal (escolas / sistema tradicional de ensino) quer em instâncias de educação não formal (terceiro setor, mercado, governo / empresas, museus, prisões, etc.).
Observação, descrição e avaliação das relações entre o espaço onde ocorre o processo educativo e o contexto social e cultural.

Objetivos

compreender a pesquisa pedagógica como saber profissional orientador da prática pedagógica;
compreender os aspectos sócio-econômicos-culturais e psicológicos que envolvem o processo educacional;
observação sistemática do contexto (bairro/comunidade, etc.) no qual a escola está inserida em relação a aspectos como: infra-estrutura do bairro, formas de organização política, formas de exercício da cidadania, modo de vida, cultura da população, religiosidade, etc.;
dominar métodos de coleta, análise e interpretação de dados que possibilitem a caracterização física, social e pedagógica da unidade formal ou não formal de ensino;
analisar projetos, programas, metodologias, materiais didáticos e procedimentos de avaliação da unidade formal ou não formal de ensino;
compreender o conceito de contextualização como a relação entre a vida do indivíduo, sua biografia e a sociedade mais ampla na qual está inserido.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Celso. O cotidiano escolar através de casos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
COLL, César; e outros. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1999.
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG / Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio Souza (Org.). Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão. João Pessoa, PB: Editora Mídia, 2013.
ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2006.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; PINAZZA, Mônica Appezzato (Org.). Modos de narrar a vida: cinema, fotografia, literatura e educação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.



Disciplina: CSO04677 - SOCIOLOGIA II

Ementa

A crítica do socialismo utópico, da economia política e do idealismo filosófico na obra de Karl Marx e Friedrich Engels. O método dialético na análise das relações sociais capitalistas. A crítica da ideologia. Autores neomarxistas. A teoria crítica da escola de Frankfurt.

Pré-requisito: CSO4676 Sociologia I.

Objetivos

Entender o contexto histórico de formação do pensamento marxista;
Compreender o método materialista histórico dialético e saber identificá-lo nas obras e artigos científicos;
Apontar quais são as principais obras do autor clássico das ciências sociais, Karl Marx;
Identificar os pensadores que deram continuidade ao pensamento marxista no século XX;
Construir uma análise contemporânea alicerçada na teoria marxista e em suas respectivas concepções teórico-metodológicas;

Bibliografia Básica

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, cap. 1 e 5. 2013;
_____. O método da economia política. In: Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008;
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, cap. 1 e 2. 2010;

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985;
ANDERSON, Perry. O advento do marxismo ocidental. In: Considerações sobre o Marxismo Ocidental. Porto: Edições Afrontamento, 1976;
MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010;
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach e história. In: A ideologia alemã. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007;
_____. Marx sobre Feuerbach (1845). In: A ideologia alemã. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007;

Disciplina: CSO04683 - PENSAMENTO POLÍTICO CLÁSSICO

Ementa

O campo da política: critérios fundamentais. Contribuições do pensamento filosófico ocidental moderno ao entendimento da política: temas fundamentais e obras clássicas.

Pré-requisito: não há

Objetivos

Fomentar a compreensão e a discussão fundamentada de questões centrais do pensamento político moderno;

Promover o entendimento da política enquanto campo teórico-científico voltado para o estudo do Estado moderno, tendo em vista seus vários aspectos, tais como sua origem, suas bases de legitimidade, suas instituições;

Bibliografia Básica

HOBBS, Thomas. O Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1993;
MADISON, James; JAY, John; HAMILTON, Alexander. O Federalista. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção os Pensadores). 1979;
WEFFORT, Francisco Correia. Os Clássicos da Política (Vol. 1 e 2). São Paulo: Ed. Ática, 2006;

Bibliografia Complementar



LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril Cultural, 1993;
MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Abril Cultural, 1975;
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo: Abril Cultural, 1993;
STUART MILL, John. Sobre o Governo Representativo. Brasília: UnB, 1981;
TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998;

Disciplina: EPS13687 - POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Política educacional como política social: o direito à educação e a justiça social. Introdução às teorias do Estado. Estado, os atores sociais e a política pública. Planejamento educacional: centralização/descentralização, público/provado e quantidade/qualidade. Políticas educacionais no Brasil contemporâneo: legislação, estrutura e organização. Financiamento da educação no Brasil. Organização e formação do trabalho docente. Sistemas de avaliação em larga escala na educação brasileira. Políticas educacionais no Espírito Santo.

Objetivos

Analisar a política e a organização da Educação Básica no Brasil em suas dimensões conceituais, históricas, políticas e jurídicas.

Conhecer a gênese do Estado, em seus aspectos históricos, segundo as principais perspectivas teóricas sociais modernas, com suas ramificações contemporâneas.

Conhecer a evolução histórica do ensino brasileiro quanto à oferta, responsabilidades, organização e funcionamento, relacionando-o às teorias do Estado, à democracia e à política educacional atual;

Relacionar o Estado Federativo brasileiro à organização e funcionamento da educação nacional.

Compreender a organização do ensino brasileiro a partir dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Analisar a função social da escola, o direito à educação e as políticas de formação de professores a partir da Constituição Federal de 1988, do estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Compreender a política de financiamento da educação como instrumento da garantia do direito à educação.

O direito à educação em sua universalidade para além da idade-série da educação escolar incluindo segmentos historicamente excluídos (pessoas com deficiência, populações de rua, quilombolas e do campo, jovens e adultos e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas).

Discutir o atendimento educacional no Brasil e no Espírito Santo, bem como os padrões de qualidade e as avaliações sistêmicas do ensino brasileiro e no estado do Espírito Santo.

Bibliografia Básica

BEHRING, E. R. Capitalismo, liberalismo e origens. In: Política Social : fundamentos e história. 6ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

CIAVATTA, M. A.; RAMOS, M. A "era das Diretrizes": a disputa do projeto de educação pelos mais pobres. Revista Brasileira de Educação . v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.

CHAUÍ, Marilena Público, Provado e Despotismo In: NOVAIS, Adauto (Org). Ética . Companhia das letras, 2002.

Bibliografia Complementar

CURY, J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação e Sociedade . Campinas, SP. V.28, n. 100 - especial. p. 831 - 855, out. 2007.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LEI 9.394/1996.

SILVA, M. A.; CUNHA, C. da. (Orgs.) Educação Básica : políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação).

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Federalismo e formação profissional : por um sistema unitário e plural. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 211-225, jan./jun. 2012. Disponível em: /www.esforce.org.br>. Acesso em 20 set. 2016.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO. Sebastião Pimentel; SALIM, Mari Alayde Alcantara



(Orgs.). História da educação no Espírito Santo : vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2014.

Disciplina: EPS13114 - DIDÁTICA

Ementa

As relações entre Educação, Didática e ensino. Questões atuais da Educação. Projeto pedagógico da escola e trabalho docente. Abordagens de ensino e a tradição pedagógica brasileira. Cotidiano da escola e da sala de aula: as relações entre professores, alunos e outros sujeitos do processo educativo. Planejamento de ensino: modalidades de trabalho pedagógico e planos de ensino. Objetivos e conteúdos de ensino. Estratégias de ensino-aprendizagem. Recursos didáticos e tecnologias da informação e da comunicação. Avaliação da aprendizagem: critérios e instrumentos.

Objetivos

Refletir e analisar a atuação do professor e da escola no contexto da realidade brasileira atual. Adquirir fundamentação teórica sobre o processo ensino-aprendizagem. Desenvolver habilidades técnicas de ensino com vistas à melhoria do desempenho docente.

Bibliografia Básica

CORDEIRO, Jaime. Didática. 2. ed. Paulo: Editora Contexto, 2010.
FARIAS, Isabel Maria S. de; SALES, Josete de O. C. B.; BRAGA, Maria M. S. de C.; FRANÇA, Maria do S. L. M. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009.
HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. São Paulo: Ática, 1994.

Bibliografia Complementar

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber : elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Editora Cortez, 1990.
VASCONCELLOS, Celso do S. Avaliação : concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1988.

Disciplina: CSO04681 - ANTROPOLOGIA III

Ementa

Estudo historicizado da Escola Francesa por meio de leituras que permitam discutir as metodologias e temas privilegiados por esta escola. Privilegiar o debate estruturalista que envolveu vários autores, assim como outras áreas do conhecimento.

Pré-requisito: CSO04680 Antropologia II

Objetivos

Analisar e discutir alguns aspectos do “protoestruturalismo” da Escola Francesa de Antropologia;
Potencializar os alunos a sistematizar as ideias discutidas nos textos indicados no programa, para melhor consolidação da apreensão do pensamento dos teóricos estudados;
Analisar e discutir os principais pontos do pensamento de Claude Lévi-Strauss, situando-o no movimento do pensamento antropológico, como fundamental para o entendimento do estruturalismo em Antropologia, enfatizando o movimento sincro-diacrônico de sua abordagem;



Sistematizar todo o percurso do programa como consolidação da aprendizagem;

Bibliografia Básica

DURKHEIM, E. e MAUSS. Algumas Formas Primitivas de Classificação. In: Durkheim. (Rodrigues, J. A. org.). Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática. [1903]. 1990;
LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, [1949]1982;
_____. O pensamento selvagem. Campinas, Papirus, [1962]1989;

Bibliografia Complementar

DURKHEIM, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo. Ed. Paulinas. 1989;
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. São Paulo, Cosac Naify, [1958]. 2008;
_____. Antropologia estrutural 2. SP: Cosac Naify, p. 357-399.2013;
_____. História de Lince. SP: Cia das Letras, 1993;
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo, Cosac Naify, 2003;

Disciplina: CSO04678 - SOCIOLOGIA III

Ementa

Especificidade das ciências da cultura e historicismo na obra de Max Weber. A centralidade da ação social com sentido na sociologia compreensiva. A construção dos tipos ideais como forma de abordagem aproximativa do real. Teorias que acentuam a preeminência da Ação sobre a Estrutura.

Pré-requisito: CSO04677 Sociologia II.

Objetivos

Entender a formação da sociologia compreensiva;
Entender as particularidades do pensamento sociológico de Max Weber;
Entender a formação da teoria da ação social na sociologia clássica;
Compreender a recepção da sociologia compreensiva pela sociologia contemporânea e a gênese do problema da agência (estrutura VS ação);

Bibliografia Básica

WEBER, Max. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;
_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004;
_____. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982;

Bibliografia Complementar

BENDIX, R. Weber: um retrato intelectual. Brasília: UNB, 1986
COHN, G. Crítica e Resignação. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005;
KALBERG, S. Max Weber: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010;
SCHLUCHTER, W. Paradoxos da Modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber. São Paulo: UNESP, 2010;
SWEDBERG, R. Weber e a ideia de sociologia econômica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005;

Disciplina: CSO04688 - METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I

Ementa

A produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Construção e delimitação de uma problemática de pesquisa (quadro referencial teórico, formulação de questões de investigação social), construção de meios de investigação (coleta de dados, ferramentas de tratamento e análise de dados, critérios de avaliação, interpretação e reportagem dos dados). A pesquisa ética e ética na pesquisa.

Pré-requisito: não há.

Objetivos

Operar os instrumentos teóricos e práticos de iniciação à pesquisa nas ciências sociais que lhes possibilite uma iniciação ao conhecimento científico da realidade social;
Desenvolver um conhecimento de pesquisa científico enquanto processo;
Compreender os vários métodos e técnicas de coleta e análise de dados;

Bibliografia Básica

- FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre, RS: Penso, 2013
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013
- QUIVY, R. e VAN CAMPENHOUDT, L. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2008.

Bibliografia Complementar

- ECO, U. Como se faz uma tese. 20ª ed. São Paulo, Perspectiva. 2005;
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo, Atlas. 2002;
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto alegre: Artmed: Belo Horizonte. 1999;
- TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas. 1987;

Disciplina: CSO04684 - ESTRUTURAS SOCIAIS E SISTEMAS POLÍTICOS

Ementa

Análise das estruturas sociais e suas relações com o sistema político: a emergência do Estado Moderno.

Pré-requisito: não há.

Objetivos

- Discutir o processo de formação do Estado-Nação e as instituições políticas típicas da sociedade moderna,
- Identificar os aspectos das estruturas sociais relevantes para a configuração da vida política de uma sociedade;
- Identificar as características básicas de um sistema político, a natureza de seus elementos constitutivos e das relações que se estabelecem entre eles.

Bibliografia Básica

- BENDIX, Reinhard. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: EDUSP, 401p. 1996;
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 173p. 2004;
- TILLY, Charles. Coerção, capital e estados europeus: 900-1992. São Paulo: EDUSP, 356p. 1996;

Bibliografia Complementar



ALMOND, Gabriel Abraham. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972;
DAHL, Robert A. Análise política moderna. Brasília: Ed. UnB, 1988;
POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980;
SOUZA, Jessé. A atualidade de Max Weber. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2000;
WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979;

Disciplina: CSO04682 - ANTROPOLOGIA IV

Ementa

Estudo historicizado das discussões e abordagens teórico-metodológicas que surgiram na Antropologia a partir da década de 1960, privilegiando as etnografias e ensaios produzidos por antropólogos para a compreensão das mesmas.

Pré-requisito: CSO 04681 Antropologia III

Objetivos

Abordar, no contexto dos processos de descolonização, os debates e estudos emergentes na antropologia contemporânea;

Ensaiair incursões nas produções da antropologia econômica e política, e no debate sobre as relações entre estrutura e história, sistema e ação, cultura e território;

Abordar, no âmbito da crise dos modelos explicativos, a emergência do paradigma hermenêutico, analisando contribuições, limites e repercussões na produção do conhecimento antropológico;

Discutir, a partir da crítica pós-moderna, questões e proposições dos autores da “nova etnografia” a respeito do conhecimento antropológico e seu alcance;

Abordar os principais debates e perspectivas da antropologia no atual cenário mundial questionando grandes divisores, interligando escalas, reinventando a cultura e atentando para contribuições críticas advindas de movimentos político-culturais;

Bibliografia Básica

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas - Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1989;

GODELIER, Maurice. O enigma do dom. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1999;

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História - Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1990;

Bibliografia Complementar

CLASTRES Pierre. A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Francisco Alves, RJ, 1978;

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX- Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998;

GEERTZ, Clifford. O Saber local. Petrópolis: Vozes, 1998;

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica. RJ: Ed. 34, 1994;

SAHLINS, Marshall. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004;

Disciplina: CSO04685 - TEORIA DA DEMOCRACIA

Ementa

O advento da democracia de massas e dos direitos de cidadania. As teorias da democracia: elitista, racional, participativa e pluralista.

Objetivos

Compreender o que é democracia e em que circunstâncias países devem adotar e manter um sistema democrático;

Analisar os efeitos de desenhos institucionais sobre o funcionamento de governos democráticos;

Entender o papel da representação e da participação numa democracia;

Compreender a sociedade civil, sociedades plurais e as relações de gênero em sistemas democráticos;

Compreender o funcionamento de democracias a partir do comportamento racional dos atores políticos;

Bibliografia Básica

AVRITZER, L. "Teoria democrática e deliberação pública". In : Lua Nova, n. 49, p. 25-46. 2000;

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo; Paz e Terra, p. 29-52. 2000;

DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Brasília: Ed. UNB, 2001;

HELD, D. Modelos de democracia. 2ª ed. Madrid: Alianza. 2002;

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo. v. 1, Editora Ática, 1994;

Bibliografia Complementar

LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam e STOKES, Susan. "Eleições e Representação". Lua Nova 67, 2006;

PRZEWORSKI, Adam, ALVAREZ, Michael, CHEIBUB, José Antônio e LIMONGI, Fernando. "O que Mantém as Democracias?". Lua Nova, 40/41, 1997;

URBINATI, Nadia. "O que torna a Representação democrática?". Lua Nova, n. 67, 2006;

MIGUEL, Luís Felipe. "Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 44, 2000;

Disciplina: CSO14187 - PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL II

Ementa

Análise, avaliação e seleção de materiais didáticos produzidos no âmbito das ciências sociais em diferentes ambientes educativos, quer em instâncias de educação formal (escolas / sistema tradicional de ensino) quer em instâncias de educação não formal (terceiro setor, mercado, governo / empresas, museus, prisões, etc.) e divulgados em formatos escrito, audiovisual.

Objetivos

capacidade de compreender os materiais didáticos como recurso metodológico facilitador do ensino e da aprendizagem do estudante;

capacidade de compreender o material didático como recurso a partir do qual o estudante elabora seu próprio conhecimento;

domínio dos referenciais em nível federal, estadual e municipal da área de Ciências Sociais para a Educação Básica

capacidade de analisar, comparativamente, materiais didáticos produzidos e disponibilizados considerando a pertinência entre seus conteúdos, objetivos e propostas metodológicas em relação aos referenciais didáticos da disciplina para a Educação Básica.

capacidade de avaliar materiais didáticos, comparativamente, referente à veiculação de preconceitos de origem, cor, condição socioeconômica, etnia, gênero, ou qualquer outra forma de discriminação;

capacidade de avaliar a correção dos conteúdos propostos nos materiais didáticos de acordo



com os conceitos científicos das Ciências Sociais e a pertinência e coerência de informações históricas, geográficas, estatísticas, etc.

capacidade de avaliação em relação aos aspectos formais do material didático, como adequação ao público alvo, qualidade dos recursos áudio visuais, formato e clareza do texto, citações e referências, linguagem hiper-textual.

Bibliografia Básica

MARTIN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção científica. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Pedagogia da comunicação: teorias e práticas. São Paulo: Cortez, 1998.

COLL, César; e outros. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1999.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Ulisses F.; SASTRE, Genoveva (Org.). Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior. São Paulo: Summus, 2009.

ARMSTRONG, Robert J. Desarrollo y evaluacion de objetivos de conducta. Buenos Aires: Guadalupe, 1970.

BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artmed, 1995.

ASSMANN, Hugo; LOPES, Rosana Pereira (Coord.). Redes digitais e metamorfose do aprender. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Departamento de Ensino Médio. O planejamento das estratégias de ensino: considerações básicas. Brasília, 1977.

Disciplina: TEP13690 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa

Relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Relações étnico-raciais, identidades e subjetividades. Escola, currículo e a questão étnico-racial na educação básica. Raízes históricas e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira. A formação de profissionais da educação para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Objetivos

Analisar a produção social e histórica do racismo na educação brasileira.

Conhecer o processo histórico de educação da população negra no Brasil.

Examinar o conceito de raça social como categoria de análise na educação.

Desconstruir estereótipos e estigmas produzidos contra o negro na educação brasileira.

Conhecer os pressupostos para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Analisar a produção do Movimento Negro acerca do antirracismo na educação.

Compreender as proposições e as formas de ações afirmativas para a população negra na educação em suas múltiplas perspectivas.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade : novas bases epistemológicas para entender o racismo. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo : estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar : racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, nº.1, jan./jun. 2003. p. 167-182.



GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação . São Paulo: Autores Associados, ANPED, 2000. n. 15, p. 134158.
ROMÃO, Jeruse (Org.). História da educação dos negros e outras histórias . Brasília: MEC/Secad, 2005.

Disciplina: CSO02936 - SOCIOLOGIA IV

Ementa

A produção sociológica no Brasil. Estudo das obras de autores considerados como marco no pensamento sociológico brasileiro.

Pré-requisito: CSO 04676 Sociologia I

Objetivos

· Refletir sobre os intérpretes e as interpretações do Brasil, teoria e pensamento social brasileiro

Bibliografia Básica

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003;
HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011;

Bibliografia Complementar

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010;
FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001;
FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil;
NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, v. 19, n. 1, 2006;
OLIVEIRA VIANNA, Francisco. Evolução do povo brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956;

Disciplina: CSO14188 - PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL III

Ementa

Planejamento, produção e utilização de recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem. Produção de materiais didáticos escritos, áudio visuais, jogos, no âmbito das ciências sociais em diferentes ambientes educativos, quer em instâncias de educação formal (escolas / sistema tradicional de ensino) quer em instâncias de educação não formal (terceiro setor, mercado, governo / empresas, museus, prisões, etc.). A utilização de metodologias e técnicas pedagógicas e das novas tecnologias de comunicação no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica.

Objetivos

compreender que o ensino da Sociologia na Educação Básica requer traduções e mediações, exigindo a readequação dos termos de linguagem, objetos, conceitos, teorias e temas das Ciências Sociais ao universo cognitivo dos estudantes;
desenvolver práticas de ensino-aprendizagem que adotem estratégias inovadoras como: organização temática dos conteúdos trabalhados por área de conhecimento, flexibilização de conteúdos, interdisciplinaridade, contextualização e formulação de atividades formativas de interesse do estudante;
projetar e realizar metodologias de ensino aprendizagem variadas e adequadas ao conteúdo da disciplina e ao nível de ensino em que atua como professor;
elaborar materiais didáticos empregando diferentes formas de linguagens, tais como: cinema, "games", história em quadrinhos, charge, notícias, hiper-texto, etc.;

compreender como as novas tecnologias de comunicação podem contribuir para o



desenvolvimento dos processos de aprendizagem dialógica e significativa;
ter conhecimentos básicos sobre novas tecnologias de comunicação para sua aplicação em aulas, projetos, oficinas, etc.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLOOM, Benjamin S. Taxionomia de objetivos educacionais. Porto Alegre: Globo, 1972.

ARAÚJO, Ulisses F. Temas transversais, pedagogia de projetos e as mudanças na educação. São Paulo: Summus, 2014.

Bibliografia Complementar

ALBERNAZ, Jussara Martins. Mundo visual desenvolvimento e aprendizagem: mudanças conceituais e novas abordagens teóricas. Vitória: EDUFES, 2010.

ALBÓ, Xavier. Cultura, interculturalidade, inculturação: formação sociopolítica e cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

ARAÚJO, Hilton Carlos. Educação através do teatro. Rio de Janeiro: Editex, 1974.

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina: LCE13698 - FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa

Fundamentos históricos da educação de surdos. Aspectos linguísticos da língua de sinais. A cultura e a identidade surda. Legislação específica. Sinais básicos para conversação.

Objetivos

1. Analisar o conjunto de estudos sobre surdos e sobre a surdez numa perspectiva da língua de sinais enquanto língua de grupo social.
2. Compreender as relações históricas entre língua, linguagem, língua de sinais
3. Conhecer as teorias e as pesquisas sobre surdos e sobre a língua de sinais e seu uso nos espaços escolares;
4. Inserir um vocabulário mínimo de língua de sinais para conversação;
5. Proporcionar o conhecimento de aspectos específicos das línguas de modalidade visual-espacial.

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização . Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SKLIAR, C.(org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação,1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas traduções e histórias capixabas . Vitória: Edufes, 2010.

Disciplina: CSO02635 - SOCIOLOGIA DA EDUCACAO

Ementa

A abordagem sociológica no estudo dos problemas educacionais. Estudo analítico das principais correntes do pensamento sociológico-educacional. A sociologia da educação no Brasil. Os desafios à educação impostos pela contemporaneidade.

Objetivos

1. revisar o instrumental teórico-metodológico da sociologia clássica;
2. diferenciar e analisar criticamente o instrumental teórico-metodológico da sociologia da educação contemporânea;
3. captar a especificidade do “recorte” sociológico para a compreensão do processo educacional;
4. reconhecer a sociologia da educação como um campo específico de conhecimento;
5. estudar e aplicar o instrumental teórico-metodológico da sociologia clássica e da sociologia contemporânea na análise e compreensão do processo educacional na sociedade contemporânea;
6. distinguir questões sociais de questões sociológicas e transformar problemas sociais em problemas sociológicos passíveis de análise e compreensão no campo da educação;
7. interpretar fatos e processos sociais ocorridos no “espaço da escola”, de acordo com as diversas abordagens (clássicas e contemporâneas) da sociologia da educação;
8. compreender a educação como processo de socialização que carrega em si o potencial da reprodução e da transformação da sociedade;
9. refletir sobre as práticas educativas como relações sociais ocorridas no contexto da sociedade contemporânea;
10. analisar o contexto sócio-político-cultural no qual se realizam as práticas educativas, como forma de valorizar o trabalho docente;
11. enfrentar os desafios das situações de ensino pela valorização identitária e profissional do professor.

Bibliografia Básica

- FERREIRA, R. A. “Sociologia da Educação: uma análise de suas origens e desenvolvimento a partir de um enfoque da Sociologia do Conhecimento”, Revista Lusófona de Educação, 105-120. 2006;
- TEDESCO, J. C. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 1998;
- ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Orgs.). Itinerários de pesquisa – perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003;

Bibliografia Complementar

- FARIAS, M. S. de F. Inovação, mudança e cultura docente. Brasília: Liber Livro, 2006;
- FORQUIN, J. C. (org.). Sociologia e educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995;
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). Escritos em educação – Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1998;
- RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000;
- SIROTA, R. A escola primária no cotidiano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994;



Disciplina: CSO04686 - REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO

Ementa

Representação de interesses e ação política: pluralismo, corporativismo e neocorporativismo. Participação e comportamento político.

Pré-requisito: não há

Objetivos

Identificar a natureza do comportamento político;

Relacionar as diferentes formas de comportamento político a aspectos da estrutura social e do sistema político da sociedade onde este se desenvolve;

Compreender os efeitos da natureza dos arranjos de participação existentes no interior de um sistema político para o funcionamento desse sistema político e para as perspectivas de desenvolvimento futuro da sociedade que o abriga;

Bibliografia Básica

ALDÉ, A. A Construção da Política. FGV. Rio de Janeiro, RJ. 2003;

DOWNS, A. Uma Teoria Econômica da Democracia, Edusp, São Paulo. SP. 1999;

ESLTER, Jon. Peças e Engrenagens. Relume Dumará, Rio de Janeiro, RJ. 1996;

HALL, Peter. Os Três Institucionalismos. Lua Nova. 59, 2003;

MANIN, Bernard. A Metamorfose do Governo Representativo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32. 1999;

PANEBIANCO, Ângelo. Modelos De Partidos. Martins Fontes, São Paulo. SP. 2005;

Bibliografia Complementar

BOUUDON, R. Ação, em Tratado de Sociologia, Raymond Boudon (org.). Jorge Zahar, Rio de Janeiro. RJ. 1996;

CASTRO, Ângela. Corporativismo e Neocorporativismo, BIB, 32, São Paulo, SP. 1991;

HAZEL, François. Os Movimentos Sociais, em Tratado de Sociologia, Raymond Boudon (org.), Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ. 1996;

MICHEL, Robert. A Sociologia dos Partidos Políticos. Ed. Univ. Brasília. Brasília, DF. 1983;

SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, RJ. 1982;

Disciplina: ECO04691 - INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

Ementa

Noções introdutórias: sistema econômico; contas nacionais; orçamento e dívida pública; moeda e sistema financeiro; balanço de pagamentos e dívida externa, emprego, salários e distribuição de renda. Riqueza, valor e distribuição. Clássicos, Neoclássicos e Marx.

Objetivos

Pretende-se introduzir os estudantes à crítica marxiana à Economia Política, buscando salientar algumas de suas contribuições para a compreensão das formações sociais capitalistas. Em contraposição às abordagens positivistas e ao individualismo metodológico, serão destacadas a singularidade da perspectiva marxiana sobre a história, bem como o seu conceito de forma social, por meio da apreensão de algumas categorias fundamentais, como a de valor e valor de uso, trabalho concreto e trabalho abstrato, mais-valia absoluta e relativa, subsunção formal e real do trabalho ao capital, reprodução ampliada do capital, acumulação originária, dentre outras.

Bibliografia Básica

MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomo I. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Bibliografia Complementar

CARCANHOLO, R. (org.). Capital: essência e aparência . São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, L. Marx: Vida e Obra . Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

MARTINS, J.S. "Tio Patinhas no centro do universo". IN: Sobre o modo capitalista de pensar . São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, K. "O método da crítica à economia política". IN : Grundrisse: esboços da crítica da economia política . São Paulo: Boitempo, 2011.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx . Rio de Janeiro : Contraponto, 2001.

Disciplina: STA04692 - ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS I

Ementa

O planejamento de uma pesquisa. Noções básicas dos métodos amostrais. Seriação e tabulação. Representação gráfica. Medidas descritivas de posição e dispersão. A curva normal. Análise bidimensional.

Objetivos

Desenvolver a capacidade de leitura e interpretação de dados estatísticos e análise crítica de informações. Capacitar o aluno a calcular medidas estatísticas com o objetivo de avaliar as informações contidas em grande conjunto de dados.

Bibliografia Básica

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. xx, 548 p.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. 459 p.

TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. xxvi, 696 p.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais . 5. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 340 p.



DEVORE, Jay L. Probabilidade e estatística : para engenharia e ciências. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. xiii, 692 p.

FREUND, John E.; SIMON, Gary. Estatística aplicada : economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p.

MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. xii, 463 p.

MOORE, David S. A estatística básica e sua prática . 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2005. 658 p.

Disciplina: CSO02937 - FORMACAO SOCIAL E POLITICA DO BRASIL

Ementa

O modelo econômico primário-exportador, a sociedade civil e o Estado brasileiro até 1930. A crise do setor agro-exportador e a Revolução de 30. A industrialização e o Estado Novo. A sociedade civil e o estado sob a vigência da democracia populista. A internacionalização da economia, a aceleração do processo de urbanização e as contradições urbanas sob a vigência do regime militar pós 64. A transição democrática. As perspectivas atuais e futuras da sociedade brasileira.

Pré-requisito: não há.

Objetivos

Interpretar a natureza das relações socioeconômicas, políticas e culturais que historicamente vieram estruturando o Estado e a sociedade brasileira;

Analisar os temas e problemas do processo de formação da sociedade e do Estado brasileiro e o circunscrevê-los no eixo de referência das transformações mais gerais da expansão da ordem capitalista no Brasil;

Bibliografia Básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2003;

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975;

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil: colônia e império. 23ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012;

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;

KINZO, Maria D`Alva G. "A Democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição". São Paulo em Perspectiva, V.15(nº4) Out./Dez. p.1-10. 2001;

ORTIZ, Renato. Sociedade e Cultura. In: Brasil um século de transformações. Org. vários autores. São Paulo: Cia das Letras, 2001;

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça: a Política Social na ordem brasileira. Cap. 4. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979;

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-ômega, 1976;



Disciplina: TEP13129 - CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

A constituição histórica do campo do currículo: fundamentos, concepções e perspectivas. Acompanhamento e análise das atuais políticas do currículo da/na Educação Básica: prática discursiva, cotidiano e cultura escolar, identidade, diferença e diversidade.

Objetivos

Analisar a constituição histórica do campo do currículo, seus fundamentos e perspectivas;
Conhecer as pesquisas no campo do currículo no Brasil;
Analisar as atuais políticas curriculares oficiais para a educação básica;
Analisar os currículos da Educação Básica tecidos no cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB: 2013.
GOODSON, Ivon F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.
LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, Nilda. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2004.
APPLE, Michael. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.
FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). Currículos: pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis: DP et Alii, 2013.
SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Disciplina: EPS14190 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE CIÊNCIAS

Ementa

Observação, vivência e análise dos processos envolvendo o ensino e a aprendizagem na escola e em outros espaços educativos. Observação e análise crítica da inserção da disciplina no currículo, das metodologias e planos de ensino, dos conteúdos, materiais e recursos didáticos e dos processos de avaliação utilizados na Sociologia. Ação docente envolvendo a elaboração e operacionalização de projetos pedagógicos, planos de aula e regência.

Objetivos

.

Bibliografia Básica

JINKINGS, Nise. Ensino de sociologia: Particularidades e Desafios Contemporâneos in: Mediações - Revista de Ciências Sociais / publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. v.12, n.1, p.113-130, jan/jun. 2007- Londrina, 2015. PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando Futuros Professores de Sociologia. In: Mediações - Revista de Ciências Sociais / publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. v.12, n.1, p.143-158, jan/jun.2007. Londrina, 2015. PIMENTA. Selma G. unidade, teoria e prática? 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 224 p. ISBN 9788524918872 (broch.).

Bibliografia Complementar

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In A prática do ensino e estágio supervisionado. PICONEZ, Stela B. (org). 7ª Edição Campinas, SP, Papyrus, 2001 LOURENÇO, J.C. Finalidades, Metodologias e Perspectivas do Ensino de Sociologia no



Ensino Médio. Revista Habitus - IFCS/UFRJ , Vol. 6 - N. 1. p.67-84. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008 PLANCHAREL, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de (Org.). Leituras sobre sociologia no ensino médio. Maceió, EDUFAL, 2007. 177 p. ISBN 9788571773493 (broch.). SARANDY, Flávio M. S. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio: desenvolver a perspectiva sociológica: objetivo fundamental da disciplina no Ensino Médio. In: Revista Espaço Acadêmico, ano 01 número 05, Maringá/PR SILVA, Ileizi F. Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa / organizador Ileizi Luciana Fiorelli Silva...[et al.]. - Londrina : UEL; SET-PR, 2009. 453

Disciplina: EPS14192 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE CIÊNCIAS

Ementa

Ensino de Sociologia no ensino médio (envolvendo as áreas das Ciências Sociais) a partir da análise de teorias e práticas de ensino e das diferentes metodologias, dinâmicas, propostas e projetos realizados na escola abrangendo questões atinentes à disciplina. Planejamento e execução de regências e propostas de pesquisa e/ou extensão contemplando a comunidade escolar e a Sociologia. Reflexão crítica a partir de pesquisa/diagnóstico sobre o campo de estágio e das vivências nele.

Objetivos

.

Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: Em Aberto. ano 11 nº 53, jan/mar. P. 46-53 Brasília: INEP, 1992. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. vii, 99 p. (Temas básicos de educação e ensino). MOTA, Kelly C.C. da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: As perspectivas dos professores. Revista Brasileira de Educação, , nº 29. Rio de Janeiro: ANPED: mai/jun/jul/ago 2005.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos - Pesquisa na Escola: o que é, como se faz; Edições Loyola, São Paulo, 1998. BOURDIEU, Pierre. "Uma ciência que perturba" e "O sociólogo em questão". Questões de sociologia (trad. Jeni Vaitsman). Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983, p. 16-48. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSSELA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 13 ed. -. São Paulo: Cortez, 2007. 94p. - (Coleção questões da nossa época ; 19). ISBN 8524900946 (broch.). LÜDKE, Menga. Contribuição da sociologia para a avaliação escolar. Cadernos de Pesquisa, n.92, p.74-79. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: fev.1995 MORAES, Amaury C. e TOMAZI, Nelson D. Sociologia no ensino médio 1 - Contexto e princípios gerais. [DVD]. São Paulo : ATTA Mídia e Educação, 2008. _____. Sociologia no ensino médio 2 - Teorias e conceitos: ferramentas do pensar sociológico. [DVD]. São Paulo : ATTA Mídia e Educação, 2008



Disciplina: PSI00764 - PSICOLOGIA DA EDUCACAO

Ementa

Relação Psicologia e Educação. A dinâmica psico-social da educação: sistema educacional brasileiro, práticas educacionais e cotidiano escolar. Concepções de aprendizagem e processos educacionais.

Objetivos

Propiciar ao aluno o acesso e a construção de conhecimentos que permitam refletir acerca da problemática da criança e do adolescente brasileiro.

Oportunizar ao aluno análises e reflexões acerca da construção histórico-social das noções de criança, família e escola.

Estabelecer uma visão crítica a respeito da psicologia na escola através de sua contextualização histórica.,

Refletir sobre a produção do fracasso escolar caracterizando as diferentes linhas teóricas de explicação do fenômeno.

Relacionar aos aspectos descritos acima o lugar da formação do professor no Brasil.

Empreender análises a respeito das concepções de aprendizagem presentes no contexto escolar

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. História social da criança da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v 3.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 3.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias . Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História social da infância no Brasil . São Paulo: Cortez: Universidade de São Marcos, 1997. 5.

MARQUES, Vera Regina. A medicalização da raça : médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). Introdução à psicologia escolar : práticas críticas. São Paulo TA Queiroz, 1983.

PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 2000.

TANAMACHI, Elenita; PROENÇA, Marilene; ROCHA, Marisa (Org.) Psicologia e educação : desafios teóricos-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Disciplina: CSO14191 - PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO EDUCACIONAL IV**Ementa**

Diagnóstico e prognóstico de problemas envolvendo a prática educacional no âmbito das ciências sociais em diferentes ambientes educativos, quer em instâncias de educação formal (escolas / sistema tradicional de ensino) quer em instâncias de educação não formal (terceiro setor, mercado, governo / empresas, museus, prisões, etc.). Elaboração de projetos de intervenção.

Objetivos

diferenciar a avaliação de processos de ensino-aprendizagem da avaliação/verificação de aprendizagem dos estudantes;
conceituar de avaliação, sabendo identificar os diferentes níveis de avaliação de políticas, estratégias, planos, projetos e instituições;
compreender a avaliação como parte de um sistema de planejamento (planejamento, monitoramento, acompanhamento, avaliação e retroalimentação);
desenvolver experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes contextualizadas e interdisciplinares para o processo de ensino-aprendizagem;
desenvolver práticas de ensino-aprendizagem que adotem estratégias inovadoras como: organização temática dos conteúdos trabalhados por área de conhecimento, flexibilização de conteúdos, interdisciplinaridade, contextualização e formulação de atividades formativas de interesse do estudante;
empregar metodologias de ensino aprendizagem variadas e adequadas ao conteúdo da disciplina e ao nível de ensino em que atua.

Bibliografia Básica

BELLONI, Isaura; MAGALHAES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam; NUNES, Maria Fernanda R. Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO: Ministério da Educação, 2004.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa ação. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Marcia Angela; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação - para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Plano, 2002.

MORIN, André. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Disciplina: CSO02942 - FORM SOC ECON POL E CULT DO ES**Ementa**

O processo de formação do Espírito Santo no período colonial. A forma de inserção do Espírito Santo na expansão da economia cafeeira paulista. As especificidades do Espírito Santo no contexto das transformações socioeconômicas e políticas do Brasil até fins dos anos 60. As transformações ocorridas no Espírito Santo a partir dos anos 70. As especificidades da modernização conservadora no Espírito Santo: aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais. As perspectivas futuras.

Pré-requisito: não há.

Objetivos

Interpretar a natureza das relações socioeconômicas, políticas e culturais que historicamente vieram estruturando o padrão de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo;

Situar a discussão sobre a dimensão estadual / regional do estado do Espírito Santo no contexto de expansão do desenvolvimento capitalista contemporâneo marcado por mudanças contraditórias e desiguais que marcaram a sociedade brasileira;



Bibliografia Básica

- BITTENCOURT, G. A. de M.; RIBEIRO, L. C. M. (Org.). Espírito Santo: um painel da nossa história II. Vitória, ES: SECULT, 301p. 2012;
- CASTIGLIONI, A. H. (Org.). Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. [Vitória, ES]: UFES, 315p. 1998;
- SILVA, M. Z. e. Espírito Santo: Estado, interesses e poder. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida; UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 530p. 1995;

Bibliografia Complementar

- CAMPOS Jr., C. O novo arrabalde. Vitória: PMV/SMCT, 1996;
- COLBARI, A. L. Rumos do movimento sindical no Espírito Santo. [Vitória, ES]: EDUFES: Flor & Cultura, 2003;
- DOIMO, A. M. O movimento de luta contra o desemprego e a mediação da Igreja: Um estudo de caso na Grande Vitória - ES. SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, dezembro p. 249-295. 2009;
- LIRA, P. S. [et. al.] Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014;
- OLIVEIRA, O. M. (Org.). Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel. 2ª Ed. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do ES, 2016;

Disciplina: TEP13131 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Ementa

Diversidade e diferença como constituintes da condição humana. Abordagens sobre a diversidade e a diferença no campo educacional. A escola inclusiva. Legislação, Políticas Públicas: gênero, deficiência, diversidade sexual, indígena, educação ambiental e outros. A formação de professores e a diversidade no espaço educacional.

Objetivos

- Retomar os fundamentos que abordam a constituição histórica do conhecimento e o paradigma da ciência moderna;
 - Explorar e problematizar os conceitos de Cultura, Educação e Cidadania, bem como os conceitos de diversidade cultural, multiculturalismo, diferença cultural e interculturalidade;
 - Identificar as condições históricas de surgimento do Multiculturalismo como um fenômeno histórico, filosófico e sociológico;
 - Analisar as tensões entre a educação formal ofertada pelo Estado e a educação demandada pela sociedade atual;
- Discutir os desafios da formação cidadã na perspectiva da diversidade dos diferentes grupos étnico-sociais.

Bibliografia Básica

- PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do fracasso escolar. 4ª ed revista e ampliada. São Paulo: Intermeios. NOTA: ISBN: 978-85-8499-021-4
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez. Editora (2006).
- SCHILING, Flávia. Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

- CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). Professores e educação especial; formação em foco. Porto Alegre: Mediação, CDV/FACITEC, 2011.
- JESUS, DM; BAPTISTA, CR; VICTOR, SL. Pesquisa em educação especial; mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2012.
- LOPES Maura C.; FABRIS, Eli H. Educação e inclusão. BH: Autêntica.
- CAIADO, Kátia Regina Moreno Caiado. JESUS, Denise Meyrelles de. Professores e Educação Especial: Formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- RODRIGUES, Alexandre. BARRTETO, Maria Aparecida Santos Correa. Currículos, Generos e

sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória, Edufes, 2012.

Disciplina: EPS13133 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Da administração escolar à gestão educacional: questões teórico-conceituais. Garantia do direito à educação no âmbito da gestão escolar. Gestão e organização de sistemas de ensino e das instituições de educação básica. Gestão dos recursos financeiros, do espaço físico e do patrimônio da escola. Projeto político-pedagógico e o planejamento do currículo escolar. Mecanismos de gestão democrática (órgãos colegiados, representação e processos decisórios). Planejamento participativo e a organização do cotidiano da escola de educação básica. Avaliação institucional e em larga escala. Articulação entre escola, família e comunidade.

Objetivos

Compreender os processos de gestão e organização da educação básica no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas, com vistas a garantir o direito à educação.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Org.). Política e gestão da educação : dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, R. P. de.; ADRIÃO, T. (Org.). Gestão, financiamento e direito à educação : análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . 1988. Texto constitucional de 05/10/1988 e emendas. (versão atualizada).

BRASIL. Lei 9.394 , de 20 de dezembro de 1996, que "fixa diretrizes e bases da educação nacional" (Versão atualizada).

FRANÇA, M. e BEZERRA, M. C. (Org.). Política educacional : gestão e qualidade de ensino. Brasília: Líber livro, 2009.

PEREIRA, L. C. B. e SPINK, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial . 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

Disciplina: CSO14193 - MEMORIAL

Ementa

Elaboração e apresentação do trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Ciências Sociais na forma de Memorial de Formação descritivo sob orientação de um professor.

O Memorial de Formação descritivo se constitui de um trabalho de natureza acadêmico-científica, que deve conter um relato histórico, analítico e crítico a ser desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais disciplinas, estudos e atividades do curso, sendo considerado um espaço de reflexão sobre as práticas do licenciando ao longo de sua trajetória de formação.

Objetivos

compreender a pesquisa pedagógica como saber profissional orientador da prática de formação de professor;

- apresentar uma reflexão sobre as práticas vivenciadas a partir das teorias estudadas, possibilitando a ressignificação dos saberes docentes e a produção de seus conhecimentos;
- refletir sobre os aspectos sócio-econômicos-culturais e psicológicos que envolvem o processo educacional;
- selecionar, relatar e analisar as vivências representativas da sua prática de formação docente, experimentadas e elaboradas nas atividades de prática como componente curricular,



nas atividades de estágio supervisionado, de modo que possam dar visibilidade ao que foi efetivado ao longo do curso;

- apresentar os fatos e acontecimentos que constituíram sua trajetória acadêmico-profissional, situando-os no contexto histórico-cultural mais amplo em que foram vivenciados e analisados.

- relacionar dados e informações do contexto (escola, ONG, empresa, movimento social, etc.) no qual exerceu sua prática pedagógica com os conhecimentos teóricos e metodológicos das teorias estudadas;

- dominar métodos de coleta, análise e interpretação de dados que possibilitem a caracterização física, social e pedagógica da unidade formal ou não formal de ensino na qual atuou;

- analisar projetos, programas, metodologias, materiais didáticos e procedimentos de avaliação da unidade formal ou não formal de ensino na qual atuou;

- apresentar as informações que constituem e comprovam a prática de formação docente de modo fidedigno e de forma concisa, com destaques para os aspectos essenciais;

anexar ao Memorial de Formação descritivo, de acordo com as normas acadêmicas, a documentação comprobatória das atividades desenvolvidas

Bibliografia Básica

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG / Porto Alegre: Artmed, 1999.

ALVIM, Noeli C. O portfólio na formação reflexiva de professores de educação física. Curitiba: Editora CRV, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1. e 2. Graus; VIEIRA, Vilca Marlene. Redação: uma experiência de ensino-aprendizagem. Brasília, 1980.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2006.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Plano, 2002.

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2005.

Disciplina: CSO02036 - SOCIOLOGIA DA COMUNICACAO

Ementa

A análise sociológica da comunicação. Os precursores no estudo da Comunicação a partir de uma perspectiva sociológica. Transformações históricas, processos de comunicação e seu inter-relacionamento, com ênfase no período contemporâneo. Os meios de comunicação de massa no Brasil.

Objetivos

- Oferecer uma reflexão contemporânea sobre a comunicação a partir da análise da Modernidade e dos processos de globalização.

- Problematizar a comunicação - considerada enquanto base da interação social - a partir das formas como se estruturam as relações interpessoais na atualidade: as novas formas de socialibilidade, a comunicação eletrônica, os movimentos de construção de identidades culturais, etc.

- Abordar o modo como os veículos de comunicação podem atuar no campo das representações sociais (universo simbólico) como formas de reprodução da vida social.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 258p. 2009;

BAUMAN, Z. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 190p. 2004;

BOURDIEU, P. Sobre a televisão seguido de A influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 143p. 1997;

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra (A era da informação:



economia, sociedade e cultura; 1). 698p. 2008;
CASTELLS, M. O poder da identidade. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, nv. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2). 2006;
GIDDENS, A. As consequências da modernidade. 2. ed. - São Paulo: UNESP, 177p. 1991;
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 58p. 2015;
IANNI, O. A sociedade global. 9. ed. -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 191p. 2001;

Bibliografia Complementar

ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 165p.1999;
BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: J. Zahar, 334p.1999;
BAUMAN, Z. Vida líquida. 2. ed. Rio de Janeiro Zahar, 210p. 2009;
BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia de Letras, 360p. 1986;
FEATHERSTONE, M. Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 437p. 1994;

Disciplina: CSO04709 - ANTROPOLOGIA DAS RELIGIÕES

Ementa

A disciplina se constituirá como um percurso com enfoque na secularização e no novo estatuto do fenômeno religioso. Formas do fenômeno religioso na história, desde mitos às manifestações do fenômeno religioso na modernidade e pós-modernidade e será finalizado com estudos sobre o campo religioso no Brasil.

Objetivos

Estudar os impactos do processo de secularização sobre os fenômenos religiosos;
Analisar e discutir alguns aspectos da secularização e da volta da religião;
Potencializar os alunos a situar o fenômeno religioso como um fenômeno universal, tomando como ponto de partida as teorias de Durkheim e de alguns de seus colaboradores, sobre as categorias de sagrado e de profano;
Analisar e discutir contribuições de Weber e Marx contrapondo-as ou equiparando-as às de Durkheim;
Identificar o Sagrado em várias formas nas quais aparece na história;
Elaborar um texto sobre algumas das formas do campo religioso brasileiro;

Bibliografia Básica

DURKEIM, Émile. As Formas Elementares de Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália. Tradução. Pereira Neto; revisão José Joaquim. São Paulo; Paulinas, 1989;
MARX & ENGELS; Sobre la religión, Sígueme, Salamanca 1974;
WEBER, Max. Os tipos de Comunalização Religiosa. IN: Economia e Sociedade. - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Vol. I. Parte II. Cap. V. 1999;

Bibliografia Complementar

BELLAH, Robert. A Nova Consciência Religiosa e a crise na modernidade. In Revista Religião e Sociedade. 13/2. 1986;
BERGER, P. L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985;
BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do Campo Religioso. IN: A Economia das trocas Simbólicas. São Paulo. Perspectiva. 2009;
GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978;
KOLAKOWSKI. A Revanche do Sagrado na Cultura Profana. IN: Revista Religião e Sociedade. 13/2. 1977;



Disciplina: CSO04717 - ESTUDOS DE CONJUNTURA POLÍTICA: METODOLOGIA E

Ementa

Metodologia e problemática da análise de conjuntura política. Eventos políticos específicos e processos histórico-sociais. Periodização política e periodização econômica. A cena política, o mundo social e o campo do poder. Os agentes políticos, as instituições políticas e as ideologias políticas na cena política atual. Conflitos políticos e contradições sociais no interior de uma conjuntura concreta. Análise de conjunturas políticas recentes no Brasil.

Ementa sugerida: Metodologia e problemática da análise de conjuntura política. Especificidades dos problemas objetos a análise de conjuntura em relação aos demais objetos das ciências sociais. As relações entre conjuntura e estrutura, tempo e processos de longa duração, atores e interesses, arenas e conflitos. Estruturas, instituições, atores, processos decisórios na arena política com ênfase no caso brasileiro. A definição da agenda de debates sobre políticas públicas no contexto da normatividade democrática.

Objetivos

Conceituar princípios e dimensões da análise de conjuntura aplicada à ciência política;

Conhecer as principais metodologias utilizadas para análise de conjuntura;

Focalizar, em termos práticos e empíricos o tema da conjuntura eleitoral. Acompanhar e analisar os processos de construção dos temas da agenda política estadual na sua conexão com as questões mais gerais do processo eleitoral no âmbito federal e do sistema político brasileiro;

Fornecer elementos para construir interpretações sobre relações sociais e políticas que historicamente vieram estruturando o padrão de correlações de forças políticas presentes na arena política estadual;

Bibliografia Básica

FIORI, José L. Análise política do tempo conjuntural. Dados. Rio de Janeiro, v. 34, nº. 3, p. 379-414. 1991;

MARX, Karl. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;

TOCQUEVILLE, Alexis de. Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Companhia da Letras, 1991;

Bibliografia Complementar

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000;

RODRIGUES, A. T. Diretas Já: O grito preso na garganta. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003;

RODRIGUES, A. T. O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1889 a 1994. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000;

SOARES, L. E. Algumas reflexões sobre análise de conjuntura política. In: Os dois corpos do presidente e outros ensaios. RJ: Relume-Dumará / ISER, 1993;

VELASCO E CRUZ, S. Teoria e método na análise de Conjuntura. In: Os dois corpos do presidente e outros ensaios. RJ: Relume - Dumará/ISER, 1993;

Disciplina: CSO11300 - SOCIOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO

Ementa

A alimentação e o sistema agroalimentar como objetos sociológicos. As diferentes perspectivas sociológicas e suas interpretações das práticas alimentares. Alimentação, saúde e bem-estar. Padrões alimentares e sistemas agroalimentares na contemporaneidade.

Ementa discutida: A alimentação e o sistema agroalimentar como objetos sociológicos. As diferentes perspectivas culturais e sociológicas da alimentação. Sistemas agroalimentares, práticas e ativismos alimentares contemporâneos.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Explorar abordagens históricas sobre o pensamento social acerca da alimentação e dos sistemas agroalimentares;
Proporcionar elementos teóricos para compreender os sistemas agroalimentares e a alimentação como ferramenta de análise do cotidiano e de questões ambientais, sociais, políticas e econômicas;
Discutir sistemas agroalimentares, práticas e ativismo alimentares contemporâneos;

Bibliografia Básica

AZEVEDO, E. de. Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo, SP: Ed. Senac São Paulo, 2012;
CONTRERAS, J.; GRACIA ARNAIZ, M. Alimentação, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011;
POULAIN, JP. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2013;

Bibliografia Complementar

CASCUDO, L. da C. História da alimentação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1967;
CASTRO, J. de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;
MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009;
POLLAN, M. Em defesa da comida: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008;
SANTOS, L. A. da S. O corpo, o comer e a comida: um estudo sobre as práticas corporais e alimentares no mundo contemporâneo. Salvador, BA: EDUFBA, 2008;

Disciplina: CSO11307 - DEMOCRACIA E AMBIENTE NA CONTEMPORANEIDADE

Ementa

Aspectos teóricos ligados ao uso, à gestão e à apropriação de recursos e ambientes em democracias contemporâneas. Os problemas de coordenação política nas democracias, ligados à questão e aos problemas ambientais. Ambientalismo e conflitos socioambientais.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Identificar minimamente os autores, obras e teses tratados nos textos de trabalho;
Descrever e comparar, apropriadamente, cada uma das teses arroladas pela literatura



trabalhada;

Relacionar minimamente o conhecimento abordado na disciplina com outros tratados em disciplinas prévias e pósteras da seriação sugerida;

Incentivar a leitura rotineira dos textos de trabalho antes das respectivas aulas em que serão abordados;

Auxiliar na capacidade de síntese das teses expressas nos textos de trabalho (objetivos, hipóteses, inferências, evidências, conclusões, etc.);

Favorecer e fomentar a construção de categorias analíticas que permitam a comparação criteriosa entre autores e teses;

Instrumentalizar a capacidade de análise das teses (consistência da argumentação e sua coerência em face às evidências possíveis);

Incentivar valores acadêmicos como argumentação centrada no mérito, uso adequado dos conceitos, expressão racional das ideias, encadeamento lógico das premissas, tolerância, etc.

Outros valores, relativos a honestidade acadêmica (combate a práticas como: plágio, submissão múltipla de trabalhos, consultas a fontes não autorizadas durante avaliação, etc.).

Também serão incentivados;

Bibliografia Básica

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estud. av. São Paulo. v. 24, n. 68, 2010;

BURNS, T. J.; LEMOYNE, T. Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político. Ambient. Soc. Campinas, v. 10. n. 2, Dec. 2007;

LENZI, C. L. A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. Ambient. soc. Campinas, v. 12, n. 1, jun. 2009;

Bibliografia Complementar

ABERS, R. N. et al. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. Ambient. soc. Campinas, v. 12, n. 1, jun. 2009;

ALONSO, A; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. Novos estudos-CEBRAP, n. 79, p. 151-167, 2007;

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. In: Política & Sociedade, v. 4 n. 7, outubro de 2005;

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horiz. Antropol. Porto Alegre, v. 12, n. 25, jun. 2006;

OLIVEIRA, W. J. F. de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008;

Disciplina: CSO11303 - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMPARADAS

Ementa

Introdução ao método comparativo. Análise comparada como método e campo específico na Ciência Política; Aplicações do método comparativo às instituições políticas; Problemas de política comparada: qualidade da democracia e do processo decisório.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Entender o que é a política comparada e em que ela se distingue da teoria política e das relações internacionais;

Entender o que são instituições políticas e de que forma estão ancoradas nas noções de racionalidade e ação;

Entender em que consiste a análise comparada das instituições políticas;

Entender qual é a diferença entre teoria institucional e teoria das instituições;

Entender qual é a controvérsia a respeito do método comparativo de análise; como analisar, em perspectiva comparada;



Entender os sistemas eleitorais, partidários, partidos políticos, governamentais, os poderes executivo, legislativo e judiciário;

Bibliografia Básica

ALMOND, G. A. Uma teoria de política comparada. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980;
LA PALOMBARA, J. G. A política no interior das nações. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982;
SARTORI, G. A política. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981;

Bibliografia Complementar

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. F. UNESP, 2004;
LIJPHART, A. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;
LINDBLOM, Charles Edward. Política e mercados: os sistemas políticos e econômicos do mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 1979;
SARTORI, G. Engenharia constitucional: como mudam as constituições. Brasília, DF: Ed. UnB, 1996;
TSEBELIS, G. Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EDUSP, 1998;

Disciplina: CSO02961 - SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Ementa

Trabalho, sociedade e cultura: paradigmas produtivos e paradigmas de conhecimento.

Objetivos

- Discutir, na parte inicial, algumas das principais referências que fundamentam visões distintas sobre o processo de trabalho em nossa sociedade.
- Abordar a forma concreta como o processo de trabalho se desenvolveu na organização industrial nos séculos XX e XXI.
- Questionar o processo de trabalho a partir da emergência de novos paradigmas produtivos.

Bibliografia Básica

ANTUNES, R. L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999;
GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005;
MARX, K. O capital: crítica da economia política. 1. ed. rev. São Paulo, SP: Boitempo, cap. 5. 2015;

Bibliografia Complementar

ANTUNES, R. L. C. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. - São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997;
BIHR, A. Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2. ed. - Perdizes: Boitempo, c1998;
DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1995;
LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001;
WEBER, M. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;



Disciplina: CSO11313 - ETNOGRAFIA E METODOLOGIAS EM ANTROPOLOGIA

Ementa

Os grandes divisores da antropologia moderna: limites e perspectivas teórico-metodológicas. A pesquisa de campo, os estudos comparativos e a produção textual. A ética na pesquisa.

Ementa discutida: Os divisores teóricos que marcam a antropologia moderna. As críticas e as possibilidades de superação das barreiras estabelecidas na antropologia entre o “nós” e os “outros” e “sociedade” e “cultura”: uma etnografia da modernidade e da ciência. Leituras críticas de etnografias clássicas e outras da chamada antropologia pós-moderna, onde se discutirá a relação “sujeito” e “objeto”.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Pensar a metodologia e a escrita dentro da Antropologia

Bibliografia Básica

EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Zahar: RJ, 2005;
GEERTZ, C. A interpretação das Culturas. RJ: LTC, 1989;
MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976;

Bibliografia Complementar

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994;
CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. RJ: Editora UFRJ, 2008;
FELDMAN-BIANCO, B. A Antropologia das Sociedades Contemporâneas. (Org.). São Paulo: Global. 1987;
KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC, 322p. 2002;
PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995;

Disciplina: CSO11321 - ENCONTRO DE SABERES

Ementa

Diálogos interculturais, diversidade de saberes na Universidade, epistemologias compartilhadas, mestres, maestrias, artes e ofícios. (Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013).

Ementa discutida: Diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional de mestras e mestres das culturas populares e dos povos e comunidades tradicionais.

Objetivos

Criar um espaço de encontro criativo entre comunidade acadêmica e saberes - incluindo práticas pedagógicas alternativas - tradicionalmente excluídos das universidades ou presentes apenas como objeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

BHABHA, HOMI K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. O cru e o cozido. Mitológicas 1. São Paulo, Cosac &Naify, 2004.

_____. Do mel às cinzas. Mitológicas 2. São Paulo, Cosac &Naify, 2004.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, JOSÉ JORGE. Espetacularização e Canibalização das Culturas Populares. Em: I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. 79-101. Brasília, Ministério da Cultura, 2007

CUNHA, MANUELA CARNEIRO DA. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. Revista USP, n. 75, p. 76-84, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S, V. (Orgs.) Saberes Tradicionais no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

LITTLE, Paul E. (Org.). Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

KOPENAWA, DAVI & ALBERT, BRUCE. A queda do Céu. Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Disciplina: CSO02156 - SOCIOL APLIC A ADMINISTRACAO

Ementa

As transformações do capitalismo no mundo do trabalho. O capitalismo e a produção da globalização. O trabalho no mundo da produção capitalista. Mudanças organizacionais e educação. Empresa, empresários e sociedade: perspectiva da sociologia da empresa.

Objetivos

· Apresentar as temáticas fundamentais da contribuição da ciência sociológica à análise das relações sociais e organizacionais.

Bibliografia Básica

· WEBER, Max, A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

· BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

· HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

Bibliografia Complementar

· CANCLINI, Néstor García. A Globalização Imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.

· CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

· CHANLAT, Jean-François. Ciências Sociais e Management: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

· Mosaico Revista de Ciências Sociais/UFES V.1 n.1 . Vitória: UFES, 1998.

· Mosaico Revista de Ciências Sociais/UFES V.1 n.2 . Vitória: UFES, 1999.

Disciplina: CSO11301 - ESTADO E INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Ementa

As principais variações de desenhos institucionais das democracias contemporâneas, como sistema eleitoral (proporcional, majoritário, misto), organização legislativa (unicameral, bicameral), estrutura governamental (unitária, federalista), sistema político (parlamentar, presidencial, misto), organização judiciária (judicial preview ou judicial review), poder local (grau da autonomia local), serviço público e forças armadas (modalidades de recrutamento), relação estado e economia (liberal, corporativa).

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Compreender a variedade de instituições governamentais existentes no Brasil e ao redor do globo;

Bibliografia Básica

LIJPHART, A. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

LIMA JUNIOR, O. B. de. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997;

SARTORI, G. Engenharia constitucional: como mudam as constituições. Brasília, DF: Ed. UnB, 1996;

Bibliografia Complementar

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. F. UNESP, 2004;

INÁCIO, M.; RENNÓ, L. R. (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009;

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001;

NEUSTADT, R. E. Poder presidencial e os presidentes modernos: a política de liderança de Roosevelt a Reagan. Brasília: São Paulo: ENAP, UNESP, 2008;

VIANNA, L. W. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999;

Disciplina: CSO04710 - PARENTESCO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ementa

Temas e teorias centrais abordadas pela Antropologia do parentesco e da organização social. Estudos comparativos de formas de família e casamento. Reflexão sobre a diversidade de temas atuais no domínio do parentesco propiciados pelas transformações tecnológicas sobre reprodução humana.

Objetivos

Abordar e delinear as diferentes concepções e práticas de parentesco, passado por sua conexão com a história da antropologia e crítica à abordagem sistêmica, com ênfase na produção etnográfica;

Bibliografia Básica

LEVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976;

_____. ETNOLOGIA. El futuro de los estudios del parentesco. Barcelona: Anagrama, 1966;

VIVEIROS DE CASTRO, E. Antropologia do parentesco: estudos ameríndios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995;

Bibliografia Complementar

FONSECA, CLAUDIA. "Deslocando o gene: o DNA entre outras tecnologias de identificação familiar". Mana (Rio de Janeiro. Online), v. 22, p. 133-156, 2016;



GOW, P. "O parentesco como consciência humana". *Mana. Estudos de Antropologia Social*. 1997;

RADCLIFFE-BROWN. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1973;

SEEGER, A.; DA MATTA, R. & VIVEIROS DE CASTRO, E. 1979. "A Construção da Pessoa nas Sociedades. Indígenas Brasileiras". In: J.P.D. Oliveira (Ed.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero. pp. 11-29

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. "Ambos Os Três: Sobre Algumas Distingções Tipológicas e Seu Significado Estrutural Na Teoria do Parentesco". *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 95, p. 9-91. 1996;

Disciplina: CSO02941 - SOCIOLOGIA URBANA

Ementa

As principais correntes de pensamento sobre as cidades modernas. A Sociologia Urbana da Escola de Chicago. Da crítica À Escola de Chicago aos teóricos franceses. A Antropologia Urbana. As contribuições do pensamento latino-americano, em geral. e brasileiro, em particular sobre a questão urbana.

Objetivos

Promover análise crítica do processo de construção da sociedade urbana moderna. Fornecer fundamentos teóricos para a leitura do espaço urbano, a partir das diversas escolas da Sociologia e Antropologia Urbanas. Situar os estudantes nos debates das ciências sociais contemporâneas acerca do Espaço.

Permitir e estimular a aplicação dos conceitos na problematização das realidades espaciais da Grande Vitória.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro. J. Zahar, 2009;

CASTELLS, M. *A questão Urbana*. Coleção *Pensamento Crítico*, vol 48. Paz e Terra, 1975;

LEFEBVRE, H. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008;

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981;

MUNFORD, L. *Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998;

ROLNIK, R. *O que é cidade?* São Paulo. Editora Brasiliense, 1988;

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985;

VELHO, O. G. (org) . *O Fenômeno Urbano*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976;

Bibliografia Complementar

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983;

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, 10ª Ed. Companhia das Letras, 2003;

BRESCIANI, M.S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984;

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1995;

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.



Disciplina: CSO04698 - HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Ementa

Abordagens, fontes e contextos de emergência da história dos povos indígenas. Etno-história, saberes locais e movimentos indígenas. Estados nacionais e políticas indigenistas.

Objetivos

Delinear e articular diferentes concepções e práticas do campo do indigenismo, oficial e extraoficial, juntamente à história e etno-história indígena, em sua complexidade e inter-relações, com ênfase na produção etnográfica;

Bibliografia Básica

CARNEIRO DA CUNHA, M. C. da (Org.). História dos índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras/FAPESP, 608 p. 1998;

LIMA, A. C. de S. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 335p. 1995;

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Ensaios em antropologia histórica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999;

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, F. L. N. de; MONTEIRO, J. M. Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997;

FREIRE, C. A. da R. (Org.). Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 488 p. 2011;

GALLOIS, D. T. Mairi Revisitada: A Reintegração da Fortaleza de Macapá Na Tradição Oral dos Waiapi. SAO PAULO: NHII/USP, 90p. 1993;

LIMA, A. C. de S.; BARRETTO FILHO, H. T. (Org.). Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contracapa: 444p. 2005;

SOUZA FILHO, C. F. H. M. 2015. "Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural". Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, p. 57-71, 2015;

Disciplina: CSO04705 - ANTROPOLOGIA, IMAGEM E SOM

Ementa

Imagem, Som e Etnografia como campos envolvidos na descrição e apresentação do "outro". Mapeamento das perspectivas desenvolvidas na Antropologia como possibilidades de tratar o visual e o sonoro.

Objetivos

Compreender em termos teórico e técnico as questões que envolvem as linguagens audiovisuais no campo da investigação antropológicas;

Bibliografia Básica

BIANCO, B. e MOREIRA LEITE, M. (org.) Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. Campinas, Ed. Papyrus, 1998;

NOVAES, Sylvia Caiuby. (Org.) Escrituras da imagem. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2004;

SAMAIN, E. (org.) O Fotográfico. Editora HUCITEC, CNPq. São Paulo, 1998;

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana (Org.). Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos. Campinas, SP: Papyrus, 2009;

DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2003;

ECKERT, C. & MONTE-MOR, P. Imagem em foco: novas perspectivas em Antropologia. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2000;

GONÇALVES, Marco Antônio. O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: Top books, 2008;

MONTE-MOR, P. e PARENTE, J.I. (org.) Cinema e Antropologia Rio de Janeiro, Interior Produções,1994;



Disciplina: CSO04722 - OPINIÃO PÚBLICA, MÍDIA E DEMOCRACIA

Ementa

Teorias da opinião pública. Informação, cidadão e 'mídia'. Governabilidade, políticas públicas e (des) informação política.

Objetivos

Identificar as etapas fundamentais de formação e desenvolvimento da ideia de opinião pública e seus usos políticos na modernidade ocidental;

Relacionar o campo das mídias com as características econômicas, sociais e políticas nas sociedades contemporâneas;

Compreender a lógica de articulação entre as mídias e as disputas de poder numa sociedade democrática;

Bibliografia Básica

CHARAUDEAU, P. O discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2007;

FIGUEIREDO, R. (Org.). Marketing político e persuasão eleitoral. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2000;

LIPPMANN, W. Opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

Bibliografia Complementar

CERVI, E. U. Opinião pública e comportamento político. Curitiba: IBPEX, 2010;

CHAMPAGNE, P. Formar a opinião: O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998;

COHN, G. Sociologia da comunicação: teoria e ideologia. São Paulo: Pioneira, 1973;

GOMES, W. Transformação da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004;

THOMPSON, J. B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002;

Disciplina: CSO04725 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa

O escopo das políticas públicas. Os modelos regulatório, distributivo e redistributivo. Agenda pública: as políticas, sua gênese e implementação. Um quadro analítico para avaliação das políticas públicas.

Objetivos

Compreender as diversas teorias do Estado e da Sociedade. Discutir as grandes correntes do pensamento político à luz das suas origens, bases de sustentação, organização do Estado, formas de tomada de decisão e dos conflitos nas relações entre Estado e Sociedade. Analisar a experiência recente do papel do Estado. Identificar os principais problemas de gerenciamento do Estado e as tendências futuras;

Bibliografia Básica

BONAFONT, L. C. Redes de Políticas públicas. CIS Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S/A. 2004;

CREMONESE, D. Democracia participativa e controle social. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Canoas-RS: Editora da Ulbra, 2010. v. 500. Coleção Educação a Distância. 2010;

GIDDENS, A. O Estado-Nação e a Violência. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: EDUSP. 2001;

GRYNSZPAN, M. A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada. In: BIB – Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, nº. 41, 1996;

Bibliografia Complementar

HALL, P. A.; TAYLOR, R.C.R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, n. 58, 2008;

POULANTZAS, N. O Estado, o poder e o socialismo. Rio de Janeiro: Graal. Segunda Parte, 1980;

SCHERER-WARREN, I. Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris. 2012;

SELL, C. E. & SILVA, L. L. Estado. In: SELL, Carlos E. Introdução à sociologia Política: política e



sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes. 2006;
TILLY, C. C. Capital e Estados Europeus. São Paulo: EDUSP. 1996;

Disciplina: CSO06454 - ANTROPOLOGIA DAS TRADIÇÕES CULTURAIS BRASILEIRAS

Ementa

Tradições Culturais Brasileiras: Cultura popular e tradição no Brasil Colônia e no Brasil Império, (séc. XVIII e XIX); Nacionalismos, modernismos e a invenção do folclore: Cultura de massa: mídia, juventude e identidade cultural; Novos Desafios: políticas públicas e pluralismo cultural.

Objetivos

Pensar a cultura brasileira em sua dimensão plural e dinâmica;
Analisar e discutir alguns aspectos da Cultura popular e tradição no Brasil Colônia e no Brasil Império;
Analisar e discutir dilemas e desafios atuais;

Bibliografia Básica

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997;
TRAVASSOS, E. Os mandarins milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Bela Bartók. Rio de Janeiro: Funarte; Jorge Zahar Ed., 1997;
VELOSO, M. e MADEIRA, A. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo, Paz e Terra, 1999;

Bibliografia Complementar

OLIVEN, R. G. O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 2. s/d;
LONDRES, C. et. al. Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva. In: Série Encontros e Estudos n. 5. Rio de Janeiro: FUNARTE, IPHAN, CNFCP, 2004;
PEREIRA, C. A. et all. Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. 2013;
VIANNA, H. et all. Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997;
MENDES, C. Pluralismo cultural, identidade e globalização. R de Janeiro: Record, 2001;

Disciplina: CSO04708 - ANTROPOLOGIA E TECNOLOGIAS

Ementa

Desenvolvimento, produção e agenciamento tecno-científico, novos modelos culturais e parâmetros de análise. As tecnologias e as transformações nos modos de produzir, viver, sentir, perceber e pensar das sociedades modernas e contemporâneas.

Objetivos

Refletir sobre o papel da ciência e da tecnologia na contemporaneidade;
Refletir sobre a relação entre humanos e não-humanos ou entre os próprios humanos a partir dos mais variados dispositivos e acoplamentos;
Refletir sobre as formas de abordar tais relações a partir da teoria social, e, em especial, da Antropologia;
Refletir sobre os limites e as possibilidades de uma Antropologia da Ciência e da Tecnologia;

Bibliografia Básica

HARAWAY, Donna Jeanne; KUNZRU, Hari. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009;
LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994;
TARDE, Gabriel. Monadologia e sociologia e outros ensaios. SP: Cosac Naify, 2007;

Bibliografia Complementar

FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P. S. Ciências na Vida: antropologia da ciência em perspectiva. SP: Editora Terceiro Nome. 2012;



LATOUR, B.; WOOLGAR, S. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997;
LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007;
RABINOW, Paul. Antropologia da Razão: ensaios de Paul Rabinow, organização e tradução, João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999;
SÁ, Guilherme. No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013;

Disciplina: CSO04735 - RELAÇÕES DE GÊNERO

Ementa

Trajetória das teorias feministas contemporâneas. Implicações teórico-epistemológicas da noção de gênero: Transdisciplinaridade, teorias parciais "versus" teorias do conhecimento universal. Os usos do gênero como categoria analítica. Desafios atuais das teorias de gênero.

Objetivos

Exercitar o raciocínio sociológico, refletindo de maneira científica acerca dos fatos e fenômenos sociais.

Historicizar os antecedentes, o surgimento e o desenvolvimento da sociologia em suas variantes da Teoria Marxista e suas influências;

Bibliografia Básica

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 1. Fatos e mitos. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980;
BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016;
CAMACHO, T. Classes Sociais e relações de Gênero na Teoria Marxista. Vitória: Fórum Social Capixaba, 2002;
TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993;

Bibliografia Complementar

AGUIAR, N. Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997;
BONETTI, A.; ABREU, M. A. (Org.). Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2011;
KOLLONTAI, A. A nova mulher e a moral sexual. 3. ed. - São Paulo: Global, 1979;
LOBO, E. S. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991;
SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976;

Disciplina: CSO11240 - NATUREZA E CULTURA

Ementa

Como diferentes coletivos tratam as fronteiras entre natureza/cultura, ambiente/sociedade, animalidade/humanidade, técnica/política. Como essas fronteiras aparecem na divisão entre as ciências e, em especial, na Antropologia e nas Ciências Sociais, através dos conceitos fundadores de cultura e sociedade.

Objetivos

Pensar a dualidade natureza e cultura, na sua pertinência ou não, dentro da Antropologia; focando principalmente na literatura contemporânea; nos estudos etnográficos, que permitam pensar a questão de modo mais específico; nos textos que tenham como preocupação em pensar e repensar as fronteiras (e as continuidades) entre o natural e o cultural;

Bibliografia Básica

CASTRO, E. V. de. A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002;



STRATHERN, M. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006;

WAGNER, R. A invenção da cultura. SP: Cosac Naify, 2010;

Bibliografia Complementar

DESCOLA, P. As lanças do crepúsculo: relações jivaro na Alta Amazônia. São Paulo: Cosac Naify, 2006;

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 2. ed. - Campinas: Papyrus, 1997;

LEVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976;

GOLDMAN, M. Alguma antropologia. RJ: Relume Dumará, 1999;

SERRES, M. O Contrato Natural. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991;

Disciplina: CSO11312 - ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Ementa

Estudos antropológicos no Brasil, as ideologias da identidade nacional e sua constituição histórica.

Ementa discutida: O processo de constituição e desenvolvimento da Antropologia no Brasil. Antropologias produzidas no Brasil: orientações teóricas, especificidades. O lugar da Antropologia nos debates sobre os conceitos de nação, raça e etnia e a pluralidade da sociedade brasileira.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

O processo de constituição e desenvolvimento da Antropologia no Brasil. Antropologias produzidas no Brasil: orientações teóricas, especificidades. O lugar da Antropologia nos debates sobre os conceitos de nação, raça e etnia e a pluralidade da sociedade brasileira; Apresentar e discutir o programa da disciplina e adentrar pelos estudos sobre as memórias da constituição e desenvolvimento da Antropologia no Brasil;

Enfocar, analisar e discutir a constituição, a institucionalização e o desenvolvimento do campo da Antropologia no Brasil, sua relação com as Ciências Sociais e suas orientações teóricas e especificidades;

Apresentar, analisar e discutir algumas temáticas presentes nas produções de autores centrais à constituição da antropologia brasileira levando em conta ser esta uma sociedade marcadamente plural;

Destacar e discutir atuais responsabilidades sociais e políticas de atuação dos antropólogos na sociedade brasileira;

Bibliografia Básica

ABA. Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. 2008;

MICELI, S. (org.), As Ciências Sociais no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Sumaré, ANPOCS; Brasília, CAPES. 1987;

TRAJANO FILHO, W. & RIBEIRO, G. L. (orgs.). O campo da Antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA. 2004;

Bibliografia Complementar

ABA. Antropologia e direitos humanos (vol. 1, 2, 3 e 4). Brasiliense. 2001, 2003, 2005, 2006, 2008;

CARNEIRO DA CUNHA, M. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1987;

CORREA, M. Antropólogas e antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003;

GROSSI, M.; TASSINARI, A.; RIAL, C. Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra. 2006;

MELATTI, J. C. 1986-1990. A Antropologia no Brasil: um roteiro. BIB, 15-19. p. 123-211;



Disciplina: CSO11315 - ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Ementa

O lugar da Antropologia em contextos de desenvolvimento: atuação profissional, ética, perícia, mediações e experiências de desenvolvimento alternativo. (Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013)

Ementa discutida: A Antropologia no contexto de projetos e ações de desenvolvimento. Laudos e estudos de impactos. Regimes socioeconômicos e análise de experiências de desenvolvimento alternativo.

Objetivos

Abordar as principais questões relacionadas ao desenvolvimento em suas múltiplas vertentes, impactos, repercussões e alternativas, colocando em debate o trabalho antropológico na confecção de laudos periciais;

Bibliografia Básica

CUNHA, M. M. C. da. Cultura com aspas, Cosac Naify, 2009;
CARVALHO, E. A.; SAHLINS, M. D. Antropologia econômica. São Paulo: Ciências Humanas, 1978;
POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2000;

Bibliografia Complementar

ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBERT G. G. (orgs.). Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992;
BAINES, S. G. Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas. Brasília, UNB, (Série Antropologia, 361). 2004;
BARRETO, H. T. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. Tellus, ano 6, vol.10, 2006;
LEITE, I. B. (org.) Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: Coedição NUER/ABA/2005;
STAVENHAGEN, R. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista." Anuário Antropológico/84, p.11-44. 1985;

Disciplina: CSO00183 - SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO

Ementa

Introdução à análise sociológica da sociedade. Sociologia do Direito. O direito como fato social. O direito e a sociedade contemporânea.

Objetivos

· Mobilizar a análise sociológica para a compreensão do direito em suas diferentes manifestações.

Bibliografia Básica

· CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores? Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1993.
· GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.
· VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

Bibliografia Complementar

· BOURDIEU, Pierre. A força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
· FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
· _____, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
· HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
· WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1999. v.2.

Disciplina: CSO02940 - SOCIOLOGIA DA QUESTAO AGRARIA

Ementa

Origens agrárias da sociedade brasileira. Formação do mundo contemporâneo e a questão agrária. Reforma agrária e movimentos sociais no campo.

Objetivos

Articular as abordagens teóricas que analisam o rural brasileiro com a perspectiva de compreender o processo histórico e de desenvolvimento do rural contemporâneo;

Bibliografia Básica

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. -. 2. ed. - Petrópolis: Vozes, 1976;
SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLES DE MOLINA, Manuel. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013;
WOLF, Eric R. Sociedades camponesas. 2. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1976;

Bibliografia Complementar

BRANDENBURG, A. et al. Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007;
GRAZIANO NETO, F.; NAVARRO, Z. Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. 1. ed. São Paulo, SP: UNESP, 2015;
SCHNEIDER, S.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004;
SCHNEIDER, S. (Org.) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. A Diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: 2006;
SOSA, B. M. et al. Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba [quando o camponês vê, ele acredita]. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013;

Disciplina: CSO02973 - SOCIOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Ementa

As Ciências Sociais e a questão ambiental. Desenvolvimento dos movimentos ecológicos no Brasil. Desenvolvimento sustentável.

Objetivos

Familiarizar os estudantes com os temas e as reflexões presentes na área de estudos do Ambiente e da Sociedade;
Estudar a história do ambientalismo e também o contexto de formação dos movimentos ambientais no Brasil;
Discutir o conceito de sociedade de risco e a inserção da questão ambiental no corpo da teoria social contemporânea;
Discutir e problematizar as controvérsias da relação ambiente e desenvolvimento, dando destaques para alguns enfoques: o desenvolvimento sustentável, o eco desenvolvimento, a modernização ecológica, o Etno-desenvolvimento, o ecologismo popular e o ecossocialismo;
Investigar problemas socioambientais contemporâneos a partir de estudos de casos;

Bibliografia Básica

BECK, U. Sociedade de Risco: rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011;
FERREIRA, L. da C. Ideias para uma Sociologia da questão ambiental no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006;
HANNIGAN, J. Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;

Bibliografia Complementar

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988;
GUATTARI, F. As Três Ecologias. Campinas: Papirus, 1990;
LENZI, C. Risco e sustentabilidade na modernidade. São Paulo: EDUSC, 2006;
SACHS, I. Rumo à Eco-socioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez,

2007;

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural. São Paulo, Companhia das Letras, 1988;

Disciplina: CSO04721 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ementa

Tipologias de participação política. Participação política e democracia. Abordagens teóricas e metodológicas.

Objetivos

Discutir a participação política no Brasil contemporâneo;
Compreender abordagens teórico-metodológicas voltadas à análise da participação política, como teorias democráticas, teorias do associativismo e teorias dos movimentos sociais;
Discutir enfoques analíticos da participação institucional: sociedade civil e representação política;
Discutir perspectivas analíticas da relação entre participação e efetividade nas políticas públicas;

Bibliografia Básica

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Vol. II. 1997;
PATEMAN, C. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Cap. 1, 2 e 3, p. 9-91) 1992;
PIRES, R. R. C. (org.) Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011;

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, D. R. A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil. RBCS. Vol. 28, nº 82, jun. p. 45-66. 2013;
AVRITZER, L. (org.) A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010;
FARIA, C. F. Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa. Lua Nova, São Paulo, 87, p. 63-81, 2012;
LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. RBCS, Vol. 29, nº 85, jun. p. 160-178. 2014;
NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (orgs) Participação e deliberação. SP: Editora 34, p. 21-40. 2004;

Disciplina: CSO06456 - ANTROPOLOGIA DO CORPO

Ementa

Corpo e cultura. Corpo: categoria analítica, significados e práticas. Fenomenologia do corpo, "embodiment", "fachada", "performance" e "distinção". Cuidados corporais e moralidade alimentar. Técnicas e controles corporais: ordenamento, docilização, metamorfose, contenção, excitação. Estética corporal: padrões e adornos. Corpo e novas tecnologias. Corpo e Poder: família, reprodução, sexualidade;

Discussão: Nosso corpo não é algo simples e que remeta exclusivamente ao domínio da biologia. Muito pelo contrário, enquanto matriz e suporte de significados ele é extremamente complexo e diversamente pensado através do tempo e da história. "Cada sociedade tem seu corpo, assim como ela tem sua língua" (Certeau, 1982). E, do mesmo modo que a língua, o corpo está submetido à gestão social tanto quanto ele a constitui e a ultrapassa. As noções corporais, entre elas, aquelas referentes à perfeição física, são sempre construções culturais que variam de acordo com as diversas sociedades existentes, variando, portanto historicamente. O corpo, enquanto resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, pertence menos à natureza do que a cultura.

Objetivos



Dar tanto uma formação mais basilar sobre o tema, como aproximar os discentes de temas mais específicos e contemporâneos;

Compreender que a própria importância conferida ao corpo é algo que varia historicamente;

Compreender que os sentidos atribuídos ao corpo também variam de acordo com as épocas e culturas;

Compreender porque, na cultura contemporânea, o corpo é revestido de uma importância sem precedentes na história, atuando como uma nova fronteira, como palco privilegiado da marcação de diferenças étnicas, culturais e simbólicas;

Bibliografia Básica

BRÁS, C. A. de. Além da pele: reflexões sobre a extreme body modification em São Paulo”, in: Os urbanitas, Revista de Antropologia Urbana, ano 2, vol. 2, n. 3, dezembro de 2005;

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. RJ: Civilização Brasileira, 2003;

FOUCAULT, M. História da sexualidade: O cuidado de si, Rio de Janeiro, Graal, 1985;

FOUCAULT, M. Os anormais. SP: Martins Fontes, 2001;

GOLDENBERG, M. e RAMOS, M. S. Nu e Vestido: Dez Antropólogos Revelam a Cultura do Corpo Carioca. Rio de Janeiro, Record, 2002;

MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo, Cosac Naif, 2003;

Bibliografia Complementar

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. BH: Editora UFMG, 2002;

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 6a. ed. RJ: Forense Universitária, 2009;

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu de. Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano. BH: Autêntica, 2000, pp. 37-129;

Le BRETON, David. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 2013;

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. CPS, SP: Editora da Unicamp, 2006;

Disciplina: CSO11306 - MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

Ementa

Ação coletiva e movimentos sociais. Movimentos sociais, protesto público e contestação política. Movimentos sociais, participação e instituições políticas. Movimentos sociais e o Estado. Movimentos sociais, políticas públicas e democracia.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Discutir o fenômeno da ação coletiva com foco nas Teorias dos Movimentos Sociais contemporâneas;

Compreender o processo de mobilização coletiva e de contestação política dos movimentos sociais;

Analisar a relação entre movimentos sociais, participação política e democracia;

Bibliografia Básica

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 49-86. 2009;

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 11-48. 2009;

TARROW, S. [1998]. O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes. 2009;

Bibliografia Complementar

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. “Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?” Sociologias 13 (28) (Dez.), p. 52-84.

2011;

CLEMENS, E. [1993]. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3 (jan-julho), p. 161-218. 2010;

DIANI, M.; BISON, I. "Organizações, coalizões e movimentos", *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, p. 219-250. 2010;

JASPER, J. M. Protesto: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, (O que são os movimentos sociais?) p. 35- 60. 2016;

TILLY, C. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Nº 3, p. 133-160. 2010;

Disciplina: CSO04694 - ANTROPOLOGIA DO PODER

Ementa

Teorias e conceitos sobre poder, conflito, violência, consenso e lei. Nação, Estado e Estado-Nação. Sociedades sem Estado e Sociedades contra o Estado. Direitos humanos e diversidade cultural.

Objetivos

Delinear e articular diferentes concepções e práticas políticas em sua complexidade e inter-relações, com ênfase na produção etnográfica;

Bibliografia Básica

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaio da antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982;

GOLDMAN, Marcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999;

L'ETOILE, Benoit de. *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002;

Bibliografia Complementar

ANDERSON, Benedict R. O'G. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989;

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002;

CLASTRES, Pierre, *A Sociedade Contra o Estado de São Paulo*: Cosac & Naify, 2003;

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003;

PEIRANO, Mariza G. S. (Org.). *O Dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002;

Disciplina: CSO11299 - SOCIOLOGIA DA SAÚDE

Ementa

Introdução à sociologia da saúde: a especificidade do campo de estudos saúde e sociedade; A saúde em seu conceito ampliado na vida dos indivíduos e da sociedade; Aspectos simbólicos e discursivos presentes em práticas e saberes; Temas e problemas emergentes (movimentos sociais, ciência e tecnologia, raça, gênero, sexualidade);

Ementa Discutida : Saúde e Doença. Representações e determinações sociais em saúde. Políticas públicas de saúde. Saúde, corpo, doença e emoções na Contemporaneidade.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Explorar os contributos teóricos e metodológicos da Sociologia da Saúde no âmbito da produção sociológica geral, bem como com os problemas que marcaram a sua emergência e o seu desenvolvimento;

Promover uma reflexão detalhada sobre as determinantes sociais da saúde e da doença, com particular ênfase na questão das desigualdades no acesso à saúde, na distribuição da doença e

das políticas de saúde

Abordar temáticas contemporâneas da Sociologia da Saúde.

Bibliografia Básica

CRUZ, M. M. Avaliação de Políticas e Programas de Saúde: contribuições para o debate. In: Caminhos para Análise das Políticas de Saúde. Rio de Janeiro, 2011;

DI GIULIO, Gabriela Marques et. Al. Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade. Saúde e Sociedade, São Paulo, V.24, n.4, 2015;

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995;

NUNES, Everardo Duarte. Sobre a sociologia da saúde: origens e desenvolvimento. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2007;

RABELLO, Lucíola Santos. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010;

Bibliografia Complementar

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 6a. ed. RJ: Forense Universitária, 2009;

DUARTE, L. F., Doença e sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1998;

HELMAN, Cecil G. Cultura. Saúde e Doença. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994;

NUNES, E.D. "A doença como processo social". In Canesqui, A.M. (org) Ciências Sociais e Saúde para o Ensino Médico. São Paulo: Editora Hucitec-Fapesp, p.217-229, 2000;

ROSEN, George. Da polícia médica a medicina social: ensaio sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1980;

Disciplina: CSO04702 - MITO SÍMBOLO E RITUAL

Ementa

Estudo do Simbólico e do Imaginário na Mitologia. Mitologias Clássicas e contemporâneas O processo e a performance ritual. Abordagens e versões em diferentes contextos sociais.

Objetivos

Apresentar aos estudantes teorias e metodologias da antropologia para estudos sobre Mitos, Símbolos e Rituais;

Fazer uma introdução ao estudo da "questão do mito, símbolos e rituais";

Abordar os "Mitos" como um instrumental de análise "forte", "limpo" e "positivo";

Conduzir os estudantes, a observar e a demonstrar que existe, ainda hoje, em nossas vidas, nos mais diversos contextos sociais, a necessidade de uma dimensão mítica, mesmo sendo ela, não assumida, captada, ou percebida por nós. E que, tal como em tempos passados, essa necessidade é expressa por uma multiplicidade de processos e performances rituais;

Introduzir os alunos nas discussões recentes sobre a necessidade de uma educação patrimonial, quer seja o patrimônio cultural entendido como algo material ou imaterial;

Bibliografia Básica

CAMPBELL, J. O poder do mito. São Paulo: Palas Athena, 2007;

LEVI-STRAUSS, C. Mito e Significado. Lisboa: Ed 70. 1978;

TURNER, Victor. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis, Vozes, 1974;

Bibliografia Complementar

BACZKO, B. A Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi de Ciências Sociais. Lisboa. Imprensa Oficial/Casa da Moeda. 1985;

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Paz e Terra, 1982;

GINZBURG, C. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo. Cia das Letras. 1991;

MALINOWSKI, B. Magia, Ciência e Religião. Lisboa. Ed. 70. 1988;

ROCHA, E. O que é Mito. São Paulo. Brasiliense. 1996;

Disciplina: CSO04723 - LEGISLATIVO

Ementa

Teorias políticas da representação. Representação e eleições. Senado e câmara: diferenças na representação. Políticas públicas e a lógica da ação congressual. A organização do congresso: o papel dos líderes, o sistema de comissões, competências técnicas e assessorias.

Objetivos

Discutir o conceito e a prática da representação política nos sistemas políticos modernos com ênfase no caso brasileiro:

Entender aspectos centrais do comportamento dos representantes e suas relações com o sistema eleitoral;

Analisar criticamente estruturas e modos de funcionamento do poder legislativo, considerando aspectos tais como partidos, lideranças, comissões, regras decisórias e produção legislativa;

Entender o bicameralismo e seus efeitos políticos; entender criticamente as inter-relações entre poder legislativo e poder executivo na produção de políticas públicas;

Bibliografia Básica

LEMONS, L. B. (org.). O Senado Federal no Pós-Constituinte. Brasília: Senado Federal, UNILEGIS, 2008; [disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180410>]

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições e ideias. Revista Lua Nova, 67. São Paulo, pp. 15-47. 2006; [disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>]

QUEIROZ, A. A. de. Por dentro do Processo Decisório: como se fazem as leis. Brasília: DIAP, 113 p. 2006; [disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/17-por-dentro-do-processo-decisorio-como-se-fazem-as-leis-abril-de-2006>]

Bibliografia Complementar

MARENCO, A. & SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113. 2007; [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a08v2264.pdf>].

NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais: uma introdução. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2004;

POWER, T. J.; ZUCCO Jr., C. (Org.). O Congresso por ele mesmo: auto-percepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 319 p. 2011;

SANTOS, F. M. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Editora UFMG/IUPERJ. 2003;

VIANNA, L. W. (org.). A Democracia e os Três Poderes no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ;

Disciplina: CSO04724 - PARTIDOS POLÍTICOS

Ementa

Tipologias partidárias. Funções dos partidos. Funcionamento organizacional. Desenvolvimento dos partidos e o Sistema Eleitoral. Os militantes partidários, o partido no Legislativo e no Executivo.

Objetivos

Promover conhecimento teórico e empírico sobre partidos políticos, particularmente nos contextos democráticos, de modo a propiciar a apreensão de ideias fundamentais sobre o tema e fomentar uma visão crítica das conexões entre partidos e democracia;

Bibliografia Básica

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, n. 24, p. 193-215, 2005;

AVELAR, L.; CINTRA, A. O Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2004;

LIMA JÚNIOR, O. Brasil. O sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997;

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. Análise Social, vol. XXXVIII (167), 2003;

MICHELS, R. Os partidos políticos (excertos). In: CARDOSO, F. H e MARTINS, C. E. Política &

Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980;
NICOLAU, J.; SCHMITT, R. Sistema eleitoral e sistema partidário no Brasil. *Lua Nova*, n. 36, 1995;
NORRIS, P. Recrutamento político. *Revista de sociologia e política*, v. 21, Nº 46: 11-32, 2013;
SARTORI, G. Partidos e Sistemas Partidários. Brasília; UnB, 1982;
SEILER, Daniel-Louis. Os partidos políticos. Brasília: Editora UnB, 2000;

Bibliografia Complementar

AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013;
BRAGA, M. do S. S. Democracia e organização nos partidos políticos. *Revisitando os microfundamentos de Michels*. *Sociol. Polít.* Curitiba, v. 20, n. 44, p. 83-95, nov. 2012;
COSTA, H. de O. Crise dos partidos e as transformações dos governos Representativos. *Cronos*, Natal-RN, v.11, n.1. 2016;
JOHNSON III, O. A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estudos afro-asiático*. Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-29, Dec. 2000;
MARTINS, C. E. Política e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980;
NICOLAU, J. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004;
RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados: São Paulo: USP. 2002;

Disciplina: CSO11311 - ETNOLOGIA INDÍGENA

Ementa

Principais abordagens e temáticas das socio-cosmologias indígenas. Estudos clássicos, contemporâneos e comparativos.

Ementa discutida: Principais abordagens e temáticas das sócio-cosmologias dos povos indígenas no Brasil. Estudos etnográficos específicos e comparados das sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul, abarcando um panorama das perspectivas e questões atuais mais relevantes.

Aprovado na Ata da 7ª Reunião Ordinária do Departamento em 09 de julho de 2013

Objetivos

Delimitar e articular diferentes concepções e práticas etnológicas, em sua complexidade e inter-relações, com ênfase na produção etnográfica.

Bibliografia Básica

CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify. 436p. 2009;
LEVI-STRAUSS, C. História de Lince. São Paulo: Companhia das Letras, 249p. 1993;
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. 551p. 2002;

Bibliografia Complementar

ALBERT, B. & RAMOS, A. R. Pacificando o Branco. *Cosmologias do contato no norte amazônico*, São Paulo: Editora UNESP. 2002;
ANDRELLLO, Geraldo. 2006. Cidade do índio: Transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo/ Rio de Janeiro, Editora da UNESP, ISA e NUTI, 2006;
LIMA, E. C. & CÓRDOBA, L. (orgs.). *Os Outros dos Outros: Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana*. Curitiba: Ed. UFPR. 2011;
PISSOLATO, E. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani). São Paulo: Editora da UNESP/Rio de Janeiro: Nuti-Museu Nacional. 2007;
SZTUTMAN, R. 2012. O Profeta e o Principal: A ação política ameríndia e seus personagens. 1. ed. São Paulo: Edusp, v. 1. 576p. 2012;

PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

As atividades de pesquisa e extensão possuem papel fundamental na formação do profissional em ciências sociais. Por meio delas é possível conectar as dimensões teóricas e práticas que compõem o currículo básico da formação do cientista social. O curso de ciências sociais da UFES oferece programas de apoio à docência e a projetos de pesquisa e extensão, possibilitando a criação de um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a formação do cientista social. Por meio de atividades de pesquisa e extensão realizadas nos grupos e núcleos de pesquisa organizados e mantidos pelo corpo docente do curso de ciências sociais, os alunos poderão se aprofundar nos métodos e teorias presentes na área bem como aprimorar suas habilidades de observação, descrição e análise de fenômenos sociais. A existência de um contingente variável de bolsas assegura condições mínimas de financiamento para alunos bolsistas na condução das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O corpo docente e o corpo discente do Curso de Ciências Sociais participam ativamente dessas atividades que contribuem significativamente para a complementação da formação acadêmica. Os alunos são incentivados a apresentar os resultados obtidos em eventos científicos, a participar das atividades de extensão e de ensino, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de comunicação que são importantes disposições na vida profissional do cientista social.

O departamento de ciências sociais da UFES conta com pelo menos 10 grupos de pesquisa, 7 projetos de extensão, 4 núcleos de pesquisa e 3 laboratórios de estudos dirigidos. A infraestrutura de pesquisa e extensão do departamento abrange as três grandes áreas das ciências sociais, a saber, sociologia, antropologia e ciência política, e conta com a participação de mais de 20 professores doutores com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa rede conta com apoio de importantes instituições de fomento à pesquisa e à extensão, a exemplo da FAPES, Capes e CNPq. Na UFES, a PRPPG e a PROEx são responsáveis pela organização administrativa das atividades, auxiliando na promoção, divulgação e financiamento das propostas. O departamento de ciências sociais da UFES conta desde 2009 com um programa de pós-graduação. Com mais de 15 professores doutores atuando no programa, a pós-graduação ampliou consideravelmente as possibilidades de atuação profissional do cientista social no estado do Espírito Santo.

O curso ainda contará com 320 horas de extensão obrigatórias a serem desenvolvidas pelos alunos/as.

Estas horas serão desenvolvidas através das atividades realizadas pelos laboratórios, núcleos, projetos e programas, pelas atividades de campo das disciplinas obrigatórias e optativas, assim como por eventos e atividades e extensão realizadas pela coordenação dos projetos, sendo que, deste total, 180 horas já estarão sendo desenvolvidas nas disciplinas de Práticas de Pesquisa e Extensão Educacional I, II, III e IV e as 140 horas restantes poderão ser distribuídas entre atividades complementares e atividades de extensão realizadas internamente às disciplinas - visitas técnicas, trabalhos de campo, etc.

DESCRIÇÃO DE CARGA HORÁRIA EXTENSIONISTA

AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

Em sintonia com o Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, seguindo as orientações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Comissão Própria de Avaliação do Centro, cabe ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a tarefa de avaliação do curso, Assim sendo, o NDE deve estabelecer as estratégias de acompanhamento ao longo do funcionamento do presente projeto pedagógico do curso. O NDE deve propor e realizar esta tarefa obedecendo à legislação maior e às resoluções da Universidade, estabelecendo as categorias a serem avaliadas, as ações a serem realizadas, os responsáveis pelas ações de registro, avaliação e divulgação das avaliações, a periodicidade das ações de avaliação, dentre outros aspectos exigidos.

De acordo com a legislação, os principais pontos a serem periodicamente avaliados são:

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

- Contexto Educacional em que está inserido o curso, as demandas pela formação de professores na área;
- As políticas Institucionais no âmbito do curso voltadas para a qualificação formal e social, atualização permanente dos currículos dos cursos, a democratização do acesso ao ensino ampliando as formas de ingresso; o estímulo aos processos interdisciplinares e transdisciplinares, a incorporação da pesquisa como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão.
- Verificação permanente se os objetivos do curso estão sendo alcançados;
- Acompanhamento dos egressos verificando seu compromisso de atuar no contexto educacional capaz de lidar com questões humanas, éticas e científicas;
- Análise permanente da estrutura curricular implantada de acordo com os núcleos propostos;
- Preocupação com a atualização permanente dos conteúdos curriculares, com adequação da carga horária, bibliografia adequada, conteúdos transversais;
- Análise da metodologia adotada no curso especialmente em referência à acessibilidade e acolhimento;
- Avaliação permanente do Estágio Curricular Obrigatório como elemento central na formação dos docentes. Nesse sentido, atenção especial a ser dada à relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica, a relação entre teoria e prática;
- Avaliação dos trabalhos apresentados como atividades complementares, melhor adequação, outros indicadores e outras atividades;
- Avaliação geral dos trabalhos de conclusão de curso, sua pertinência, sua qualidade;
- Verificação da atuação do Núcleo de Apoio Psico-pedagógico em termos de atendimento, apoio, assistência, orientação;
- Verificação de qual a efetividade do aproveitamento das Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem;
- Análise das diversas formas de avaliação do ensino-aprendizagem em conjunto com professores e alunos.

2 CORPO DOCENTE

O processo de avaliação em relação ao corpo docente deverá considerar os seguintes aspectos:

- Avaliação permanente do trabalho do Núcleo Docente Estruturante do Curso em suas responsabilidades de pensar o curso em suas estruturas fundamentais;
- Atuação do Coordenador do Curso, sua presença, tempo de dedicação, e sua capacidade de gestão do curso. Além disso, sua experiência profissional e experiência no Magistério Superior;
- Titulação do corpo docente, sua produção nos últimos três anos, seu comprometimento com o curso. Experiência do corpo docente no Magistério Superior e na interação com a Educação Básica. Relação entre número de docentes e número de vagas ofertadas por ano;
- Funcionamento do Colegiado de Curso e da Secretaria Integrada dos Cursos;
- Produção científica dos professores nos últimos três anos, pesquisas realizadas, artigos publicados, livros publicados.



3 INFRAESTRUTURA

Quanto à avaliação da infraestrutura serão considerados:

- Avaliação dos gabinetes para trabalho dos professores em dedicação exclusiva;
- Espaço de trabalho para a coordenação do curso e serviços acadêmicos;
- Sala de professores;
- Salas de aula - iluminação, limpeza, climatização, recursos didáticos;
- Acesso dos alunos a equipamentos de informática;
- Bibliografia básica: plano de atualização do acervo e aquisição;
- Bibliografia complementar: plano de atualização do acervo e aquisição;
- Atualização de assinatura de periódicos especializados e indexados;
- Biblioteca virtual;
- Laboratórios didáticos especializados, qualidade e quantidade adequada aos alunos.

4 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

- Cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
- Núcleo Docente Estruturante (Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010);
- Carga horária mínima, em horas - para Bacharelados e Licenciaturas - Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP Nº 1/2006 (Pedagogia). Resolução CNE/CP Nº 1/2011 (Letras). Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada);
- Tempo de integralização - Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada);
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003;
- Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005);
- Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);
- Informações acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010).

ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

Quando tratamos do acompanhamento e apoio ao estudante universitário, é fundamental frisar as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Apoio Acadêmico - DAA/PROGRAD, assim como os programas de acesso e permanência desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania. Quanto à iniciativa do DAA/PROGRAD, pelo menos 9 atividades devem ser destacadas:

1. Projetos de ensino: almejam um processo de ensino-aprendizagem que primem pela investigação e/ou intervenção, que apoiarão as atividades de ensino nos cursos de Graduação da UFES.
 2. Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA): O PIAA surge da necessidade de uma ação institucional, que visa o acompanhamento acadêmico dos estudantes de graduação, tendo em vista a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção, ao desligamento e a evasão nos cursos de graduação da Ufes.
 3. Programa Integrado de Bolsas (PIB): O PIB está configurado em dois grupos distintos de programas de bolsas: 1. a) Programa de Iniciação à Docência PID - visa contribuir para o processo de aprendizagem de estudantes, promovendo a maior interação entre discentes e docentes no que tange ao conteúdo das disciplinas, integrando a monitoria ao processo formativo e despertando o interesse do estudante pela carreira acadêmica; b) Programa de Aprimoramento Discente PAD - visa desenvolver ações e projetos que conferem suporte às atividades acadêmicas, técnicas e administrativas da UFES, e, ao mesmo tempo, ampliar o escopo da formação do discente por meio de seu engajamento em atividades promotoras de competências vinculadas ao seu campo de estudo. Além deste, existem outros programas, tais como: Programa de Bolsas de Extensão (PROJEX): visa promover ações e integração de trabalhos técnicos, científicos, culturais, esportivos e artísticos, desenvolvidos por esta Instituição, em prol e em parceria com a comunidade, contribuindo para a formação cidadã e apoiando a articulação Universidade- Sociedade. Programa de Bolsas Digital (PIDIG): objetiva desenvolver habilidades de tecnologia da informação, além de incentivar e desenvolver atividades acadêmicas vinculadas ao uso da informática, visando atender a necessidades da Instituição e preparar estudantes de graduação para o desempenho de atividades de informática na vida profissional.
 4. Programa de Educação Tutorial (PET): O Programa de Educação Tutorial reúne, nos campi Goiabeiras e São Mateus da Ufes, 13 grupos em 20 diferentes áreas do conhecimento, e tem como objetivo promover a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. É um programa nacional desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação em parceria com as universidades. Na Ufes, ele é vinculado à Pró-Reitoria de graduação. Existem duas modalidades: a) PET de cursos que reúne estudantes de uma mesma área de conhecimento b) PET conexões que pode agregar grupos de estudantes de um mesmo curso ou grupos multidisciplinares.
 5. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid): é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.
 6. Programa Residência Pedagógica: uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.
 7. Jovens Talentos para a Ciência: O Programa foi criado em fevereiro de 2012, por iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo o objetivo de inserir precocemente estudantes de graduação no meio científico.
 8. Programa de Mobilidade Acadêmica - PMA: um programa que permite que alunos vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES curse, em outra Instituição Federal de Ensino Superior - IFE, e vice-versa, disciplinas pertinentes a seu curso de graduação.
-



9. Programa de Acompanhamento de Estudante Egresso - PAEEg: A UFES implantou em 2013 o PAEEg, constituído no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, com vistas a promover a melhoria constante da qualidade dos Cursos de graduação mantidos pela Universidade e a prestar contas à sociedade acerca de sua responsabilidade social.

Sobre as atividades de acesso e permanência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania, vale destacar 3:

1. Programa de Assistência Estudantil da UFES (Proaes-Ufes): Reúne um conjunto de ações que proporcionam ao estudante de graduação presencial condições que favoreçam a sua permanência na Universidade e a conclusão do curso superior, sem retenção ou evasão, nos termos e limites da Portaria nº 1.831/2017-R e a Resolução nº 03/2009-CUn/UFES. Os recursos do Proaes-Ufes são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os benefícios são destinados somente aos estudantes cadastrados no programa de assistência estudantil da UFES. Os editais de cadastro no programa são lançados semestralmente, permitindo que os estudantes ingressantes possam realizar o cadastro na ocasião da chegada à Universidade.

2. Programa de Assistência ao Estudante Estrangeiro (PAEE-UFES): conjunto de ações que proporcionem ao estudante estrangeiro, matriculado em curso de graduação presencial, condições que favoreçam a sua permanência na Universidade e a conclusão do curso superior sem retenção ou evasão, nos termos e limites da Portaria nº 1972/2015-GR. Todo estudante estrangeiro matriculado regularmente em curso de graduação presencial na UFES que não receba bolsa PROMISAES, poderá requerer o cadastramento no Programa de Apoio ao Estudante Estrangeiro, no período de 01 a 10 de cada mês, durante o período letivo e terá o direito aos seguintes auxílios: Auxílio Alimentação, Empréstimo estendido de livros e Acesso a curso de Línguas.

3. Auxílio Material Didático de Alto Custo: Trata-se de benefício financeiro, de caráter pessoal e intransferível, para estudantes cadastrados do Programa de Assistência Estudantil - PROAES, matriculados no 5º período do curso de graduação em Odontologia, destinado à compra de materiais para uso nas disciplinas com atividades práticas obrigatórias.

ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento do egresso será realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI) foi criada pela Resolução nº 09 do Conselho Universitário da UFES em 10/04/2014.

Esta Pró-Reitoria orienta-se pelos princípios de gratuidade, subsidiariedade e solidariedade na geração, distribuição e administração dos recursos, potencializando o acesso a oportunidades, direitos e serviços internos e externos da universidade.

Portanto, as ações programáticas dessa Pró-Reitoria envolvem acolhimento, interação, diálogo multicultural, reconhecimento e provimento de necessidades objetivas e subjetivas. Para realizar-se, além das atividades de assistência básica (eixo permanente), deverá gerar demandas estimuladas de projetos de ensino, extensão e pesquisa, com outras Pró-Reitorias, governos, agências de fomento e organizações civis.

Os projetos e ações são elaborados em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus principais princípios norteadores: a) compromisso com a qualidade de educação, conhecimento, inovação e cidadania; b) democratização das condições para o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação presenciais; c) liberdade de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; d) orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania; e) defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; f) a assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica segundo critérios adotados pela Instituição.

Compete à PROAECI, então, dentre outras atribuições, a execução das políticas de reserva de vagas (sistema de cotas), de assistência estudantil, de inclusão de estudantes portadores de deficiências, implementação das políticas relativas à garantia dos Direitos Humanos, objetivando a ampliação do acesso e o fortalecimento da permanência nos cursos de graduação da UFES.

Assim como a PROAECI, a Pro Reitoria de Graduação, através da Departamento de Apoio Acadêmico (DAA), que é responsável por planejar, executar e acompanhar projetos visando, por meio da interlocução com os colegiados dos cursos de graduação, desenvolver ações de apoio acadêmico aos estudantes da graduação.

NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O Estágio supervisionado para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES é parte integrante da formação de professores da Educação Básica, em nível superior e consiste na participação do discente-estagiário em atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão, tríade que privilegia a formação integral do profissional, consolidando em situações concretas do ambiente educacional a articulação entre teoria e prática.

Art. 2º O Estágio supervisionado de caráter obrigatório para os cursos de licenciatura visa à complementação do aprendizado do discente-estagiário devendo ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de constituir-se instrumento de integração, treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 3º - O Estágio supervisionado deverá ser realizado nos dois últimos semestres letivos do curso, de modo a assegurar ao discente-estagiário experiências de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º - Denomina-se professor-orientador o docente da unidade em que se efetivará o estágio. Esse profissional da educação deverá ser graduado na mesma área ou em área afim à do discente-estagiário e estar habilitado a atuar no mesmo campo acadêmico-científico em que este estiver sendo formado.

Art. 5º - Compete ao professor-orientador:

- orientar o discente-estagiário sobre atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com o projeto pedagógico, currículos, programas e calendário de escola;
- atuar pela integração do discente-estagiário na comunidade escolar;
- avaliar o discente-estagiário, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua “práxis” docente;
- enviar, ao fim do período previsto, os instrumentos de avaliação fornecidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Art. 6º - Denomina-se supervisor de estágio o docente que irá orientar e esclarecer o discente-estagiário quanto ao seu programa de estágio, colaborando com o seu planejamento, assessorando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do estágio curricular supervisionado obrigatório.

Art. 7º - São atribuições do supervisor de estágio:

- proporcionar momentos de reflexão / ação / reflexão, individuais ou coletivas, sobre as atividades desenvolvidas no estágio;
- indicar ao discente-estagiário as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para o aprimoramento da prática pedagógica e a busca de solução para as dificuldades encontradas;
- orientar o discente-estagiário nas atividades de estágio, nos relatórios parciais e no relatório final de estágio;
- realizar visitas para supervisionar a prática do discente-estagiário nas unidades concedentes, acompanhando a realização do estágio;
- avaliar os relatórios de estágio, divulgando e justificando os resultados obtidos.

CAPÍTULO III - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 8º - Os estágios devem ser realizados em órgãos públicos e instituições de direito privado - unidades concedentes - que possuam convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo.

CAPÍTULO IV - DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 9º - O Estágio supervisionado terá carga horária efetiva de, no mínimo, 420 (quatrocentas e vinte) horas.

Art. 10 - As atividades a serem cumpridas pelo discente-estagiário deverão ser programadas de modo a compatibilizar seu horário acadêmico com o horário disponibilizado pela instituição onde ocorrer o estágio.

I. Dos horários do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a partir do 7º (sétimo) período,



constarão 1 (um) tempo semanal de aula a ser ocupada por atividades coletivas dos discente-estagiários com o supervisor de estágio.

II. O estágio não obrigatório terá carga horária semanal máxima de 30 horas.

Art. 11 - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estudante estar segurado contra acidentes pessoais.

CAPÍTULO V - DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

Art. 12 - O acompanhamento do aluno-estagiário, pelo supervisor de estágio, acontecerá de duas formas: - coletivamente, a partir do estudo de temas relevantes para o aperfeiçoamento da prática, sempre envolvendo a participação presencial dos alunos-estagiários; - individualmente, a partir da orientação do discente-estagiário e do acompanhamento dos registros de sua atividade docente.

Art. 13 - O desenvolvimento do Estágio supervisionado basear-se-á no seguinte direcionamento metodológico:

- conhecimento e reflexão da realidade;
- identificação das situações que possam tornar-se objeto da - proposta pedagógica a ser desenvolvida;
- desenvolvimento de propostas para atuação pedagógica sobre as questões levantadas;
- aplicação da(s) proposta(s) elaboradas;
- avaliação;
- conclusão.

CAPÍTULO VI - DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO DISCENTE-ESTAGIÁRIO

Art. 14 - As 420 (quatrocentas e vinte) horas de atividades de estágio de que trata o item 11 deste regulamento estarão distribuídas da seguinte forma:

- conhecimento do contexto escolar e do cotidiano da sala de aula;
- elaboração e aplicação de projeto de atuação pedagógica, com efetiva prática docente.

Art. 15 - Conhecimento do contexto escolar e do cotidiano da sala de aula que deverão compreender: caracterização física, pedagógica e relacional da unidade campo de estágio; análise dos projetos, programas, metodologia, materiais didáticos e procedimentos de avaliação da unidade campo de estágio; participação em atividades de acompanhamento de discentes com dificuldades de aprendizagem; participação em reuniões de planejamento, conselho de classe, reuniões de pais e mestres, projetos interdisciplinares e outras atividades pedagógicas desenvolvidas pela unidade campo de estágio; observação em sala de aula; planejamento e execução de aulas, em cooperação com o professor orientador.

Art. 16 - A elaboração e a aplicação de projeto de atuação pedagógica, com efetiva prática docente, visam criar situações em que o discente-estagiário possa atuar como profissional reflexivo, investigador, criativo e transformador da própria prática. Em relação ao projeto pedagógico, os alunos deverão:

- observar atividades docentes e elaborar um perfil da turma do estágio;
- elaborar um projeto pedagógico sobre um tema específico, do qual, além das aulas que ficarão sob inteira responsabilidade do aluno-estagiário, poderão constar: a realização de oficinas pedagógicas, a criação de materiais didáticos, visitas de museus e centros de ciências, a organização de feiras e outras atividades científico-culturais, baseadas nos problemas, necessidades e características da realidade alvo;
- participar como assistente do professor-orientador;
- aplicar o projeto pedagógico elaborado;
- elaborar relatório ao final do Estágio supervisionado e apresentá-lo oralmente;
- participar de reuniões de orientação de estágio para reflexão e análise das informações obtidas.

§1º. O projeto pedagógico deverá ser aplicado em escola, nível ou modalidade de ensino em que foram desenvolvidas as demais atividades de estágio.

§2º. A fim de que seja possível fazer-se uma avaliação coerente das competências pedagógicas adquiridas pelo licenciando, do projeto devem constar, pelo menos 1 (uma) aula sob sua regência, com a supervisão do(s) professor(es) que acompanham o estágio para avaliação.

§3º. Os discentes que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio supervisionado até o máximo de 210 (duzentas e dez) horas. Deverão ser preservadas as horas destinadas ao desenvolvimento de projeto pedagógico, com efetiva prática docente.

CAPÍTULO VII - DO ENCAMINHAMENTO PARA O ESTÁGIO E DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Art. 17 - Para a formalização do estágio na unidade concedente serão necessários os seguintes documentos:



-
- carta de apresentação do discente-estagiário;
 - ficha com os dados de identificação do discente-estagiário;
 - plano de estágio, assinado pelo discente-estagiário, pelo supervisor de estágio e pelo representante legal da unidade campo de estágio.

CAPÍTULO VIII - DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO

Art. 18 - Ao final de cada período letivo, o discente-estagiário deverá entregar relatórios parciais referentes às etapas cumpridas e, ao término do estágio supervisionado, um relatório final relativo a todas as atividades desenvolvidas.

Art. 19 - Os relatórios deverão ser entregues no prazo a ser estipulado pelo supervisor de estágio.

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO

Art. 20 - A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante a sua realização, servindo, ao seu final, para a qualificação do desempenho do aluno-estagiário.

Parágrafo único. A avaliação formativa tem por objetivo o desenvolvimento do aluno-estagiário, a transformação da prática docente e a re-elaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 21 - Cabe ao supervisor de estágio coordenar possíveis alterações e cancelamento na programação do estágio supervisionado.

NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES, bem como estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e registro.

Art. 2º Consideram-se Atividades Complementares aquelas que, garantindo relação de forma e conteúdo com atividades acadêmicas, constituam-se como instrumentos válidos para o aprimoramento da formação básica e profissional do aluno. Seus objetivos devem convergir para a flexibilização do curso de Licenciatura em Ciências Sociais no sentido de oportunizar o aprofundamento temático e interdisciplinar.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, totalizando 200 (duzentas) horas.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As Atividades Complementares realizadas pelo estudante devem constar do seu histórico escolar.

§ 4º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

TÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º A Coordenação das Atividades Complementares será exercida pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados por este Regulamento.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem visados pelo Colegiado, com a indicação do tipo e carga horária computada, serão devolvidos aos alunos, que deverão ter a responsabilidade de guardá-los.

TÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Atividades Complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º Atividades profissionais em áreas afins realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas Atividades Complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deve elaborar um relatório discriminando as atividades realizadas (conforme formulário expedido pelo Colegiado), acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios e apresentá-lo ao Colegiado, em prazo a ser estipulado.

§ 2º É indispensável a apresentação de relatórios corretos e completos das Atividades Complementares, bem como o fiel cumprimento dos prazos e normas fixadas, sob pena de não serem computadas as horas de atividades realizadas pelo aluno.

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

TÍTULO IV - DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º Cabe ao Colegiado de Curso de Ciências Sociais elaborar e aprovar a Tabela de Atividades Complementares que discrimina as atividades, horas e limites aceitas nesse componente curricular.

§ 1º Na busca de maior qualidade e atendendo ao Art. 2º deste regulamento, a tabela das Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Colegiado de Curso.



NORMAS PARA ATIVIDADES DE EXTENSÃO

NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E SALAS DE ESTUDOS / PESQUISA / EXTENSÃO

Os recursos e equipamentos dos laboratórios de formação geral e de formação específica do curso de licenciatura em Ciências Sociais estão à disposição dos alunos, professores e servidores exclusivamente para fins acadêmicos.

Colabore para o bom funcionamento dos laboratórios e das referidas salas observando as normas de utilização.

1) Horário de Funcionamento: O acesso aos laboratórios deve respeitar os horários das aulas e/ou atividades didáticas.

Somente será permitido o ingresso de usuários mediante autorização dos responsáveis pelo espaço.

Tipos de atividades como jogos e afins, são terminantemente proibidos.

A utilização do laboratório de informática, deverá seguir as normas estabelecidas pelo LIEG/CCHN.

2) Procedimentos Gerais: É terminantemente proibido nas dependências dos laboratórios:

Consumir quaisquer alimentos e/ou bebidas;

Instalar qualquer programa nos computadores dos laboratórios sem prévia autorização do responsável pelo espaço.

Executar qualquer outro programa que não aqueles que fazem parte da disciplina, projeto de pesquisa, projeto de extensão, programa de ensino, etc.;

Executar downloads de jogos, músicas, vídeos, etc;

Utilizar os computadores para fins pessoais ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;

Permitir o acesso de pessoas não autorizadas;

Fazer abertura do gabinete da CPU, bem como a remover quaisquer componentes (mouse, teclado, etc), independentemente de qualquer justificativa ou motivo;

É responsabilidade do professor responsável pelo laboratório:

Orientar os alunos usuários na correta utilização dos recursos e materiais pertencentes ao laboratório;

Zelar pela ordem, limpeza e segurança do laboratório, adotando, para tanto, as medidas necessárias;

Relatar à sua chefia imediata, fatos anormais, problemas de funcionamento dos computadores, impressoras, da rede, da Internet, assim como dos demais recursos do laboratório.

3) Disposições Gerais: Os usuários e a equipe dos laboratórios devem preservar o silêncio na sala. Evitar sujar as mesas de estudo, dos computadores, bem como, as dependências dos laboratórios.

Para maior segurança dos seus arquivos, faça sempre um backup (cópia de segurança) de suas informações. Os responsáveis pelos laboratórios não se responsabilizam por qualquer tipo de informação armazenada nos computadores.

Os responsáveis pelos laboratórios não se responsabilizam por objetos deixados nas salas e também por arquivos de uso pessoal dos alunos e ou professores que estejam armazenados no computador e/ou servidor.

Para a gravação de informações, os usuários devem observar os seguintes critérios: a).somente deverão ser gravadas informações contidas na pasta do próprio usuário; b) é vedada cópia não autorizada (pirataria); c) cabe ao professor responsável pelo laboratório orientar os alunos sobre como proceder para a gravação de seus arquivos.



Nunca tente visualizar, remover ou alterar, arquivos das pastas de outros usuários.

4) Infrações: O professor responsável ou que estiver utilizando os laboratório e/ou salas de estudo e pesquisa está autorizado a solicitar ao aluno que desrespeitar as regras supracitadas, que se retire da sala ou poderá suspender o acesso à utilização dos mesmos e deverá comunicar o fato ao chefe de departamento e/ou direção do centro para as devidas providências. Caberá à direção tomar as medidas disciplinares cabíveis em função da ocorrência de acordo com o regimento do CCHN.

Dúvidas sobre o uso dos computadores ou sugestões de melhoria podem ser comunicadas diretamente ao professor responsável pelos laboratórios ou ao colegiado de curso.

NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Regulamento Do Memorial Do Curso De Licenciatura Em Ciências Sociais

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O Memorial será o trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais que é um componente obrigatório da estrutura curricular do Núcleo de Estudos de Formação Geral a ser cumprido pelo licenciando, como atividade de síntese das vivências do aprendizado adquiridas ao longo do curso.

§ 1º O Memorial a ser desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais disciplinas, estudos e atividades, de acordo com o projeto pedagógico do curso, sendo considerado um espaço de reflexão sobre as práticas do licenciando ao longo de sua trajetória de formação.

§2º O Memorial constitui requisito para obtenção do grau de licenciado em Ciências Sociais.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º Caberá ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais as atribuições: - elaborar semestralmente calendário de atividades relacionadas ao Memorial; - efetuar levantamento e divulgar a disponibilidade de disciplinas / vagas para orientação em cada semestre letivo; - arquivar os memoriais aprovados; - analisar recursos e resolver os casos omissos.

Art. 3º Caberá ao Departamento de Ciências Sociais as atribuições: - oferecer disciplina Memorial conforme solicitação do colegiado; - organizar os encargos docentes da disciplina Memorial; - colaborar na formação das bancas examinadoras do Memorial.

Art. 4º São atribuições dos orientadores: - atender seus orientandos na disciplina Memorial, em horário previamente fixado conforme cronograma estabelecido; - observar a carga horária de uma aula por semana por aluno orientado; - atuar na organização das bancas examinadoras de Memorial; - informar o resultado final do Memorial em instrumento próprio.

Art. 5º São atribuições dos alunos em fase de desenvolvimento do Memorial: - proceder sua matrícula conforme este regulamento; - comparecer às orientações conforme o cronograma estabelecido; - cumprir o calendário de desenvolvimento; - encaminhar o Memorial para avaliação; entregar a versão final do Memorial ao colegiado do curso.

CAPÍTULO III - DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO MEMORIAL

Art. 6º O Memorial será realizado, sob orientação, na disciplina de Memorial oferecida no 8º período do curso, com carga horária de 135 horas.

§ 1º São pré-requisitos para a matrícula na disciplina Memorial: Prática de Pesquisa e Extensão Educacional IV e Estágio Curricular Supervisionado de Ciências Sociais I.

§ 2º O Memorial será desenvolvido individualmente.

§ 3º Cada aluno matriculado deverá contar com uma hora semanal de orientação.

CAPÍTULO IV - DA REALIZAÇÃO DO MEMORIAL

Art. 7º As 135 (cento e trinta e cinco) horas de atividades da disciplina Memorial estarão distribuídas da seguinte forma: - elaboração do memorial propriamente dito em atividades fora de aula; - orientação individual com o professor orientador.

Art. 8º Para a elaboração do Memorial, o aluno escolherá vivências representativas da sua prática de formação docente, experimentadas e elaboradas nas atividades de prática como componente curricular, nas atividades de estágio supervisionado de modo que possam dar visibilidade ao que foi efetivado ao longo do curso.

Art. 9º O memorial deverá apresentar os fatos e acontecimentos que constituíram a trajetória acadêmico-profissional de seu autor, situando-os no contexto histórico-cultural mais amplo em que foram vivenciados e analisados.

§ 1º As informações que constituem e comprovam a prática de formação docente devem ser apresentadas de modo fidedigno e de forma concisa, com destaques para os aspectos

essenciais.

§ 2º A documentação comprobatória deverá ser anexada ao memorial.

Art. 10 O memorial, considerado como um trabalho de natureza acadêmico-científica deverá apresentar uma reflexão sobre as práticas vivenciadas, a partir das teorias estudadas, possibilitando a re-significação dos saberes docentes e a produção de conhecimentos por parte do aluno.

§ 1º Recomenda-se uma avaliação de cada etapa percorrida ao longo do processo de formação, expressando o que cada momento significou.

Art. 11 A versão do memorial deverá ser entregue ao professor orientador 30 dias antes de acordo com o calendário acadêmico da UFES.

Art. 12 Será composta uma Banca Examinadora para avaliar o memorial apresentado pelo aluno.

Art. 13 Ao final dos trabalhos, a banca decidirá sobre a aprovação e a nota a ser atribuída ao trabalho.

Art. 14 Caso o trabalho precise de correções, o aluno deverá efetuar as correções exigidas, sob supervisão do orientador.

Art. 15 Caberá ao colegiado de curso programar um seminário no qual todos os alunos aprovados na disciplina Memorial deverão apresentar seu memorial para discussão com os participantes do evento.

Art. 16 A versão final, revisada e devidamente assinada, deverá ser entregue pelo aluno ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais, em uma via encadernada e uma via eletrônica.

CAPÍTULO V - DA ORIENTAÇÃO

Art. 17 Para o desenvolvimento do Memorial será obrigatória a orientação de um professor vinculado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

§ 1º Professores de outros Departamentos da UFES, na área de conhecimento do tema poderão atuar como co-orientadores de Memorial.

§ 2º A orientação do Memorial será efetivada no 8º período, devendo ser computada 01 hora semanal de carga horária, para o orientador.

Art. 18 A qualquer tempo, mediante justificativa apresentada por escrito, orientando ou orientador poderão solicitar ao Colegiado do Curso, a substituição do orientador do Memorial, caso em que caberá ao próprio colegiado a indicação de outro professor orientador.

CAPÍTULO VI - DA ESTRUTURA DO MEMORIAL

Art. 19 O memorial deverá ser apresentado com a seguinte estrutura: 1 Capa; 2 Folha de rosto; 3 Lista de ilustrações e tabelas; 4 Sumário; 5 Apresentação; 6 Campo de atuação; 7 Relato do conjunto das experiências e atividades relativas ao fazer docente; 8 Reflexão sobre a prática pedagógica; 9 Considerações Finais; 10 Referências; 11 Anexos.

CAPÍTULO VII - DA AVALIAÇÃO

Art. 20 O memorial será avaliado por banca examinadora própria para esse fim.

Art. 21 O processo de avaliação focalizará se o memorial contempla os seguintes aspectos: defesa teórica compatível com as discussões contemporâneas; relevância da temática; detalhamento da narrativa e comentários avaliativos; documentos comprobatórios; objetividade e coesão do texto; uso das normas da língua padrão e regras da ABNT para trabalhos acadêmicos.

Art. 22 O resultado da avaliação será divulgado pelo professor orientador ao final dos trabalhos da banca examinadora.

Art. 23 A nota final da disciplina Memorial será a média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

Art. 24 Será aprovado o memorial cuja nota for igual ou maior que 7,0 (sete).

Art. 25 O discente só constará como aprovado na pauta de notas finais da disciplina Memorial mediante a entrega da versão final do trabalho ao colegiado do curso.

Art. 26 No caso de reprovação, o discente deverá efetuar nova matrícula na disciplina Memorial no semestre seguinte.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais.



11. Normas para laboratórios de formação geral e específico

Este regulamento tem como objetivo estabelecer as normas que regem e orientam as rotinas e os serviços prestados pelos laboratórios de formação geral e de formação específica do curso de licenciatura em Ciências Sociais.

São considerados usuários dos laboratórios de formação geral e de formação específica do curso de licenciatura em Ciências Sociais: I - discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais; II - professores e servidores vinculados ao curso de licenciatura em Ciências Sociais. A comunidade externa poderá utilizar os recursos dos referidos laboratórios desde que vinculada a algum projeto de ensino, pesquisa ou extensão de cursos de graduação da UFES.

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Coordenação do Curso

A coordenação do curso é realizada por um Professor com experiência em gestão acadêmica, dispondo, conforme Resolução nº 60/92, Anexo I, de 30 horas semanais de dedicação ao Curso, devendo ministrar no mínimo 04 horas-aula por semana. O coordenador é eleito entre seus pares no colegiado do curso para um mandato de 2 (dois) anos, com direito à recondução. Em suas ausências, é substituído pelo sub-coordenador.

A função de coordenação de curso está regulamentada na UFES através da Resolução 11/87 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dessa Universidade.

Vale destacar que a coordenação tem o papel de realizar atendimentos aos alunos com o objetivo de sanar dúvidas e orientá-los sobre a trajetória acadêmica, sendo que os atendimentos são realizados individualmente em horários previamente agendados entre aluno/a e coordenação.

Colegiado do Curso

O funcionamento dos colegiados dos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo é regulamentado pela Resolução nº. 11/89 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufes (CEPE). Sua consulta pode ser realizada por meio do sítio eletrônico do Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores (DAOCS): <<http://www.daocs.ufes.br>>.

Email: ufescolegiadocso@gmail.com

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Ciências Sociais é composto por no mínimo 05 docentes, conforme estabelecido na Resolução n. 53/2012 e na Resolução n. 06/2016 do CEPE/UFES. Compete ao NDE do curso de ciências sociais:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso de ciências sociais;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do campo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;
- V. acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso considerando as avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comissão Própria de Avaliação de Curso (CPAC).

O NDE das ciências sociais realiza reuniões periódicas com o objetivo de avaliar e propor modificações no curso, adequando-o às demandas político-pedagógicas nacionais e às necessidades acadêmico-profissionais das áreas de sociologia, ciência política e antropologia.

CORPO DOCENTE

Perfil Docente

O departamento de ciências sociais da UFES conta com pelo menos 31 docentes em regime de dedicação exclusiva ao ensino, à pesquisa e extensão. Com aproximadamente 90% do corpo docente composto por professores doutores, o curso de ciências sociais da UFES conta com profissionais de ponta para a condução das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo do calendário acadêmico.

O corpo docente ainda apresenta forte presença nas arenas públicas de debate existentes no âmbito local, nacional e internacional. Com o aumento significativo no contingente de publicações de artigos, livros e capítulos de livro, bem como da ampliação da participação do corpo docente nos congressos mais importantes das três áreas, a vocação para a pesquisa científica do curso de ciências sociais da UFES merece destaque. A atmosfera criativa oferecida pelas atividades de pesquisa realizadas pelo corpo docente reflete diretamente na diversificação das atividades de extensão acadêmica. Arejada pela produção de novas ideias, a extensão aproxima comunidade e academia por meio de atividades que ampliam a comunicação e a troca de experiências entre população e comunidade científica.

O perfil acadêmico é evidenciado por meio dos grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa coordenados pelos docentes do curso. O crescimento da pós-graduação nos últimos anos exemplifica o protagonismo dos docentes neste tipo de atividade. A atuação equilibrada nas três áreas das ciências sociais feita por um corpo docente dedicado ao ensino, pesquisa e extensão são características básicas da vida acadêmica do curso de ciências sociais da UFES.

Lista de docentes do DCSO e link para o currículo lattes.

Profa.	Dra.	Adelia	Miglievich-Ribeiro	(Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=E904278)				
Profa.	Dra.	Aline	Trigueiro	Vicente (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B752422)				
Prof.	Dr.	André	Augusto Michelato	Ghizelini (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P785023)				
Prof.	Dr.	André	Ricardo	Nogueira (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P382589)				
Profa.	Dra.	Celeste	Ciccarone	(Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B368175)				
Profa.	Dra.	Cristiana	Losekann	(Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P620599)				
Profa.	Dra.	Elaine	de Azevedo	(Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4718236P5)				
Profa.	Dra.	Eliana	Santos Junqueira	Creado (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P957573)				
Profa.	Dra.	Euzenéia	Carlos do Nascimento	(Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706155T8)				
Prof.	Ms.	Francisco	L. de Aragão	Albernaz (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706408J3)				
Prof.	Dr.	Igor	Suzano	Machado (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4739297T7)				
Prof.	Ms.	João	Carlos Saldanha do Nascimento	Santos (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=E429416)				
Profa.	Dra.	Lívia	de Cassia Godoi	Moraes (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4773430H0)				
Profa.	Dra.	Luciana	Andressa Martins	de Souza (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4773503T1)				
Prof.	Dr.	Luiz	Noboru	Muramatsu (Lattes:
buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4164112E4&tipo=simples&idiomaExibicao=1)				

id=K4130074A4)						
Prof.	Dr.	Marcelo	Fetz			(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4550103J4)
Prof.	Dr.	Marcelo	Martins	Vieira		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4734282D6)
Profa.	Dra.	Márcia	Barros	Ferreira	Rodrigues	(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=N09372)
Prof.	Dr.	Marclin	Felix	Moreira		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4775077D5)
Profa.	Dra.	Maria	Cristina	Dadalto		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P101715)
Prof.	Dr.	Maro	Lara	Martins		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4756143J5)
Profa.	Dra.	Marta	Zorzal	e	Silva	(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4700343Y4)
Prof.	Ms.	Mauro	Petersem	Domingues		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B00597)
Prof.	Dr.	Oswaldo	Martins	de	Oliveira	(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=W114483)
Profa.	Dra.	Patrícia	Pereira	Pavesi		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=S044259)
Prof.	Dr.	Paulo	Magalhães	Araújo		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4127918A5)
Profa.	Ms.	Sandra	Maria	Vicentin	de	Oliveira (Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P177850)
Profa.	Dra.	Sandra	Regina	Soares	da	Costa Martins (Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4766230U4)
Prof.	Dr.	Sandro	José	da	Silva	(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B576425)
Profa.	Dra.	Sônia	Missagia	Mattos		(Lattes: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B297078)

Formação Continuada dos Docentes

O corpo docente do departamento de ciências sociais da UFES conta com aproximadamente 31 professores, sendo composto aproximadamente por 90% de professores doutores nas áreas de ciências sociais, sociologia, antropologia e ciência política. Com um perfil voltado para a pesquisa, a formação continuada é critério fundamental para a obtenção de novas formas de conhecimento, para o contato com novas teorias e métodos.

A UFES conta com o Núcleo de Apoio a Docência (NAD) o qual integra o Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento do Ensino (Pró-Ensino) e tem como principal objetivo fomentar espaços de aperfeiçoamento didático-pedagógico e de suporte para o desenvolvimento das atividades docentes. Propõe investir na valorização e qualificação continuada do trabalho docente. Prevê ampliar o assessoramento pedagógico ao trabalho docente e realiza-lo próximo aos locais de atuação dos/as docentes. Assim, haverá um NAD para cada Campus da UFES.

As principais atividades realizadas pelo NAD são: seminário de recepção de docentes; semanas pedagógicas de início de semestre; palestras envolvendo docentes com temáticas solicitadas por Centros, departamentos, Colegiados e NDEs; cursos de curta duração sobre temáticas e metodologias específicas; troca de experiência e de divulgação de trabalhos e publicações sobre o ensino e aprendizagem na graduação produzidos por docentes da Ufes; fomentar a socialização de material sobre o ensino de graduação produzido por docentes de outras instituições e especialistas na área das metodologias.

O Departamento de Ciências Sociais conta com dois programas internos voltados para o aperfeiçoamento contínuo do seu corpo docente: a licença capacitação e o pós-doutorado. As duas atividades são regulamentadas internamente e objetivam conceder aos professores a oportunidade de ampliar os seus estoques de conhecimento.

A licença capacitação é compreendida por um afastamento de 3 meses a cada 5 anos de exercício de atividade docente contínua. Ela possibilita a realização de cursos de curta duração



no Brasil ou no exterior com impacto positivo na formação acadêmica do docente. O pós-doutoramento é compreendido por um afastamento de até 12 meses, o que permite ao docente uma imersão mais profunda e detalhada em um objeto de pesquisa específico. Juntos, os dois programas são responsáveis pela criação de um ambiente acadêmico arejado, além de ampliar a rede de contatos nacionais e internacionais apresentada pelo curso de ciências sociais. A existência de uma rede deste tipo é de fundamental importância, por exemplo, para a criação de projetos de cooperação interinstitucionais e de mobilidade acadêmica para alunos e docentes.

INFRAESTRUTURA

Instalações Gerais do Campus

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que atua com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber. Fundada em 5 de maio de 1954, a Ufes possui quatro campi universitários - em Goiabeiras e Maruípe, na capital; e nos municípios de Alegre, no sul do Estado; e São Mateus, no norte capixaba - com uma área territorial total de 4,3 milhões de metros quadrados. Sua infraestrutura física global é de 298.835 mil metros quadrados de área construída.

A UFES/2017 oferece 101 cursos de graduação, com um total de 5.157 vagas anuais. Na pós-graduação possui 53 cursos de mestrado e 22 de doutorado. Possui um quadro de 1.630 professores, 2.200 técnico-administrativos, 19 mil estudantes matriculados na graduação e 2.680 na pós-graduação. Sua sede administrativa central está localizada no campus universitário de Goiabeiras, em Vitória. Na pesquisa científica e tecnológica a Ufes possui cerca de 1.100 projetos em andamento, e na extensão universitária desenvolve 840 projetos e programas com abrangência em todos os municípios capixabas, contemplando cerca de 800 mil pessoas. A Ufes também presta diversos serviços ao público acadêmico e à comunidade, como teatro, cinema, galerias de arte, centro de ensino de idiomas, bibliotecas, planetário e observatório astronômico, auditórios, ginásio de esportes e outras instalações esportivas. A UFES conta o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam) (com 218 leitos e 1.598 profissionais) e restaurante com 1.056 lugares e fornecimento de 5.500 refeições por dia. O Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes possui oito unidades distribuídas nos quatro campi universitários, com um acervo de 359.284 exemplares e 157.274 títulos.

Instalações Gerais do Centro

A área física do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) é composta por diversos prédios onde são ministradas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, além de outras dependências administrativas, salas para docentes, secretarias de departamento e de colegiado de curso e de laboratório de pesquisa. O CCHN conta atualmente com 230 professores distribuídos nos cursos de ciências biológicas, ciências sociais, filosofia, geografia, história, letras, oceanografia e psicologia.

A estrutura física do CCHN conta com as seguintes instalações: Prédio IC II (11 salas de aula e 5 laboratórios); Prédio IC III (18 salas de aula); Prédio Cemuni VI (13 salas de aula e 2 laboratórios); Prédio Bernadette Lyra - Línguas e Letras (4 salas de aula); Prédio Barbara Weinberg I - Programas de Pós-Graduação (6 salas de aula e 1 laboratório); Prédio Barbara Weinberg II - Programas de Pós-Graduação (6 salas de aula e 1 laboratório); Prédio Oceanografia (1 sala de aula e 12 laboratórios); Prédio Ciências Biológicas; Prédio Botânica (13 laboratórios); Prédio Prof. Lídio de Souza (Programa de Pós-Graduação em Psicologia); Laboratório Oceanografia; Prédio Administrativo (diretoria, secretaria administrativa, secretaria de gestão, secretaria integrada de colegiados, coordenações de cursos); Prédio Anexo I (salas permanentes de professores); Prédio Anexo II (salas permanentes de professores).

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

O campus de Goiabeiras da UFES atende parcialmente as exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos. Os prédios e as salas de aula contam com equipamentos tecnológicos que facilitam a experiência de sala de aula dos estudantes. O departamento de ciências sociais, com apoio da UFES e do CCHN, ainda oferece apoio para estudantes com necessidades educacionais especiais por meio de bolsistas que os auxiliam no desenvolvimento das diversas

tarefas de ensino, pesquisa e extensão. O estacionamento do CCHN conta com vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, os prédios possuem rampas de acesso e os edifícios Bárbara Weinberg I e II contam com estrutura (fosso) para instalação de elevadores.

A UFES possui um Núcleo de Acessibilidade (NAUFES) que foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário como proposta do então Secretário de Inclusão Social, Prof. Antônio Carlos Moraes, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

Instalações Requeridas para o Curso

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo conta com a infraestrutura do campus de Goiabeiras e utiliza parte das instalações do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN). O curso conta com as seguintes instalações físicas: Prédio IC II (11 salas de aula e 5 laboratórios); Prédio IC III (18 salas de aula); Prédio Barbara Weinberg I - Programas de Pós-Graduação (6 salas de aula e 1 laboratório); Prédio Barbara Weinberg II - Programas de Pós-Graduação (6 salas de aula e 1 laboratório); Prédio Administrativo (diretoria, secretaria administrativa, secretaria de gestão, secretaria integrada de colegiados, coordenações de cursos); Prédio Anexo I (salas permanentes de professores); Prédio Anexo II (salas permanentes de professores). O curso ainda possui uma biblioteca setorial e um laboratório de informática.

A contribuição de outros departamentos merece destaque. História, Filosofia, Economia, Estatística e Educação contribuem com o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES por meio do oferecimento de disciplinas obrigatórias e optativas. As instalações físicas destes departamentos são compartilhadas com os discentes das Ciências Sociais. As instalações são adequadas e possibilitam aos discentes uma boa experiência acadêmica.

Biblioteca e Acervo Geral e Específico

A Biblioteca Central (BC) é um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, coordenando os procedimentos técnicos de todas as unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB-Ufes) necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da Ufes. Seu acervo disponível para consulta compõe-se de 100.080 títulos com 224.029 exemplares de livros; 5.983 títulos de dissertações e teses com 8.144 exemplares; 2.235 títulos com 3.208 exemplares de multimeios; e 1.701 títulos com 74.520 fascículos de periódicos.

A atual estrutura do SIB-Ufes contempla oito unidades: biblioteca central, biblioteca setorial tecnológica, biblioteca setorial ciências da saúde, biblioteca setorial Ceunes, biblioteca setorial ciências agrárias, biblioteca setorial de ciências humanas, biblioteca setorial de artes, biblioteca de educação, biblioteca setorial do Núcleo de Estudos e de Difusão de Tecnologia em Florestas, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável (Nedtec). A rede de bibliotecas da UFES oferece ao estudante de ciências sociais as condições necessárias para a realização das disciplinas obrigatórias e optativas do curso, pois o seu acervo abriga tanto as referências obrigatórias quanto as referências complementares utilizadas pelos professores ao longo do ano letivo.

Laboratórios de Formação Geral

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) conta com adequada estrutura de laboratórios de formação geral. Destaque deve ser dado para as instalações físicas que permitem a realização das atividades acadêmicas desenvolvidas no decorrer dos semestres. O Laboratório de Informática para Ensino da Graduação (LIEG) disponibiliza sua infraestrutura para a realização de atividades específicas propostas em cursos de graduação, e apoia a realização de atividades de interesse formativo para a comunidade



acadêmica, seja nos domínios da pesquisa, do ensino e/ou da extensão. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Ciências Sociais, que envolve estudantes e professores da escola básica e da Universidade e que atualmente conta com 472 bolsas para estudantes de cursos de licenciatura da UFES, oferece laboratório com infraestrutura de informática para os discentes do curso. O objetivo do PIBID é desenvolver uma política de incentivo à formação de docentes a partir da garantia de maior permanência dos licenciados nas escolas de Educação Básica.

O curso ainda conta com os seguintes laboratórios: o Laboratório de Estudos Políticos (LEP), criado em 2001, tem como objetivo elaborar estudos sobre comportamentos políticos, instituições políticas, movimentos sociais e sobre políticas públicas nos diversos âmbitos da federação brasileira; o Laboratório de Ensino em Ciências Sociais (LECSO), o qual tem por objetivo o exame detalhado das atividades de ensino observadas no âmbito da carreira dos cientistas sociais.

Laboratórios de Formação Específica

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) conta com adequada estrutura de laboratórios de formação específica. Destaque deve ser dado para as instalações de ensino, pesquisa e extensão que permitem aos discentes do curso aprofundar a sua experiência profissional por meio do envolvimento direto com as atividades acadêmicas desenvolvidas no decorrer dos semestres.

O Núcleo Audiovisual (NAV) visa multiplicar a produção acadêmica e prestar assessoria e consultoria para instituições públicas e privadas, movimentos sociais e outras instâncias da sociedade, estabelecendo parcerias e convênios com entidades congêneres, promovendo a incorporação da linguagem audiovisual na realização e divulgação da produção científica voltada para questões sociais e melhorando a participação das populações envolvidas. Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) é um relevante espaço acadêmico para a formação e aperfeiçoamento de alunos, promovendo a pesquisa e criando condições para a troca de saberes acadêmicos e o debate interdisciplinar. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS) busca implementar, abrigar e consolidar linhas de pesquisa sobre organizações formais e informais, saberes instituídos e saberes localizados e outros temas pertinentes ao desenvolvimento das Ciências Sociais em sua relação com outros saberes disciplinares. Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (NETSIB) oferece as seguintes linhas de pesquisas: a) Pensamento Social Brasileiro e Latino-americano, b) Sociologia do Conhecimento e Cultura Científica Brasileira, c) Direito, Sociedade e Democracia e d) Laboratório de Estudos Territoriais (LATERRA). O ORGANON busca criar condições de mobilização, visibilização e compreensão de grupos na luta por direitos humanos no ES. A Videoteca Sepé Tiaraju e a Ação Saberes Indígenas na escola complementam a interessante paisagem acadêmica oferecida aos discentes do curso de licenciatura em ciências sociais.



OBSERVAÇÕES



REFERÊNCIAS